

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS- CECEN
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

QUEZIA FERREIRA MORAES GUIMARÃES

O ENSINO DE HISTÓRIA AFRO-BRSILEIRA E AFRICANA: a Lei 10.639/03 e
sua aplicabilidade no Centro de Ensino Paulo VI – São Luís/MA.

SÃO LUÍS – MA

2017

QUEZIA FERREIRA MORAES GUIMARÃES

O ENSINO DE HISTÓRIA AFRO-BRSILEIRA E AFRICANA: a Lei 10.639/03 e sua aplicabilidade no Centro de Ensino Paulo VI – São Luís/MA.

Monografia apresentada ao Curso de História da Universidade Estadual do Maranhão para o grau de licenciatura em História.

Orientadora: Profa. Dra. Tatiana Raquel Reis Silva.

SÃO LUÍS – MA

2017

Guimarães, Quezia Ferreira Moraes.

O ensino de história afro-brasileira e africana: a Lei 10.639/03 e sua aplicabilidade no Centro de Ensino Paulo VI, São Luís/MA / Quezia Ferreira Moraes Guimarães. – São Luís, 2017.

82 f;

Monografia (Graduação) – Curso de História, Universidade Estadual do Maranhão, 2017.

O ENSINO DE HISTÓRIA AFRO-BRSILEIRA E AFRICANA: a Lei 10.639/03 e sua aplicabilidade no Centro de Ensino Paulo VI – São Luís/MA.

Monografia apresentada ao Curso de História da Universidade Estadual do Maranhão para o grau de licenciatura em História.

Aprovado em: ____ / ____ / ____

BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Dr.^a Tatiana Raquel Reis Silva (Orientadora)
Universidade Estadual do Maranhão – UEMA

Prof.^a Dr.^a Viviane de Oliveira Barbosa
Universidade Estadual do Maranhão – UEMA

Prof.^o Dr. Antônio Evaldo Almeida Barros
Universidade Estadual do Maranhão – UEMA

Dedico aos meus avós, Maria José Borges do Santos e Gabriel Lopes Guimarães (*In memoriam*) e a Almerinda Ferreira Moraes (*In memoriam*) e Raimundo Moraes Sousa (*In memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Agradecer nem sempre é um processo fácil, mas é edificante e libertador. Nunca dantes tinha pensado em estudar história, entrei de cabeça e com as pernas trêmulas num mundo desconhecido e fui ficando como quem se apaixona lentamente, quando dei por mim era verdadeiro e esclarecedor. Espero sempre cultivar o que colhi de mais bonito.

Agradeço à Deus, pois sem ele eu nada seria; aos meus pais Francisco de Assis dos Santos Guimarães e Raimunda Maria Ferreira Moraes Guimarães por serem minha base e por tudo o que fizeram e fazem por mim, à meus irmãos Débora, Laís e Natan Guimarães. À meu irmão Wilson Lopes, bem como a toda minha família por todo apoio e incentivo. À Thyffani Stela por ser a melhor companheira de quarto.

Especialmente agradeço à duas pessoas que tenho certeza que foram enviados por Deus à minha casa em 2013 para não deixar eu desistir do curso, muito obrigada Fátima Soares e Aristoneide Costa Coelho.

À meu namorado, Jakson Rodrigues da Silva que desde 2014 vem apoiando meus projetos e planos, sendo de fundamental importância no processo de produção deste.

À toda família Assembleia de Deus Betel, em especial à mocidade desta igreja e a todos que já oraram e ainda oram por mim. Aos meus amigos Bruna, Daiane, Viviane e Phelipe.

Aos meus companheiros de luta, de turma e de muitas histórias que adentraram ao curso de história juntamente comigo em 2013.1, em especial a pessoa que mais me apoiou, suportou e lutou comigo em todos esses anos, obrigada Francisca Elenildes Marchão, que nossa amizade continue firme e forte por muitos e muitos anos. Há outras pessoas que eu não poderia deixar de mencionar, obrigada por tudo Lucas Martins, Sara Sales, Adriana Santos e Alberto Costa; tenho um carinho imenso por vocês.

Aos meus companheiros do Neáfrica, em especial a Gilvan Lago, pois sem ele provavelmente este texto não existiria.

À minha orientadora Tatiana Reis por todos os conhecimentos que me proporcionou e por ter confiado em mim desde o primeiro e-mail que mandei. Agradeço também aos demais professores que tive durante a graduação e que foram fundamentais para meu crescimento educacional, em especial à professora Júlia Constança.

Sempre lembrarei com carinho do quanto plantar e conseguir colher é maravilhoso, consciente que, independente da terra e das ferramentas utilizadas para o plantio, só colhemos o que plantamos.

“Todas as coisas são trabalhosas; o homem não o pode exprimir; os olhos não se fartam de ver, nem os ouvidos se enchem de ouvir. O que foi, isso é o que há de ser; e o que se fez, isso se fará; de modo que nada há de novo debaixo do sol”.
(Salomão, Eclesiastes 1: 8,9 ACRF)

“E conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará”. (João 8:32 ACRF)

RESUMO

Sobre o melhor desempenho da prática do ensino escolar no Brasil, e em especial no Maranhão, a partir dos requisitos contidos na Lei 10.639 sancionada em 2003 sob a então presidência de Luís Inácio Lula da Silva é que este trabalho se propõe abordar. A obrigatoriedade do ensino de História da África nas instituições de ensino públicas e privadas de todo o país, vem como um artifício primordial de reajuste educacional para com ensino brasileiro aguardado pelos movimentos sociais que tanto lutaram e ainda lutam contra desigualdades, dentre os quais temos o Movimento Negro. Tal Lei, vem “contemplando o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, valorizando a participação do povo negro nas áreas social, política e econômica” (LIMA; SANTOS, 2009, p.267). Analisar como tem se dado o ensino-aprendizagem da História e Cultura Afro-brasileira e africana a partir de entrevistas e questionários aplicados junto a professores e alunos do Centro de Ensino Paulo VI, escola estadual maranhense, buscando mudanças em uma realidade social carregada de preconceitos, além de um repensar educacional e estrutural da escola é o nosso principal objetivo.

Palavras-chave: Ensino de História, Lei 10.639/03, História da África.

ABSTRACT

On the best performance of the practice of school education in Brazil, and especially in Maranhão, from the requirements contained in Law 10.639 sanctioned in 2003 under the then presidency of Luís Inácio Lula da Silva is what this paper proposes to address. The compulsory teaching of History of Africa in public and private educational institutions throughout the country comes as a primordial artifice of educational readjustment to Brazilian education awaited by social movements that have struggled so much and still struggle against inequalities, among which we have the Black Movement. The law "contemplates the study of the history of Africa and the Africans, the struggle of the blacks in Brazil, the Brazilian black culture and the black in the formation of the national society, valuing the participation of the black people in the social, political and economic areas" (SANTOS, 2009, p.267). To analyze how the teaching and learning of Afro-Brazilian and African History and Culture has been given through interviews and questionnaires applied to teachers and students of the Paul VI Teaching Center, state school of Maranhão, seeking changes in a social reality loaded with prejudices, Plus an educational and structural rethinking of school is our main goal.

Key words: Teaching History, Law 10.639 / 03, History of Africa.

LISTA DE IMAGENS, ILUSTRAÇÕES E TABELAS

Imagem 1	Fachada do Centro de Ensino Paulo VI.....	40
Gráfico 1	SEXO – Entrevista.....	53
Gráfico 2	AULAS DE HISTÓRIA – Entrevista.....	54
Gráfico 3	LIVRO DIDÁTICO – Entrevista.....	54
Gráfico 4	IDENTIDADE ÉTNICA – Entrevista.....	55
Gráfico 5	1ª QUESTÃO – Entrevista.....	56
Gráfico 6	2ª QUESTÃO – Entrevista.....	56
Gráfico 7	3ª QUESTÃO – Entrevista.....	57
Gráfico 8	4ª QUESTÃO – Entrevista.....	58
Gráfico 9	5ª QUESTÃO – Entrevista.....	59
Gráfico 10	SEXO – Questionário.....	60
Gráfico 11	AULAS DE HISTÓRIA – Questionário.....	60
Gráfico 12	LIVRO DIDÁTICO – Questionário.....	61
Gráfico 13	IDENTIDADE ÉTNICA – Questionário.....	61
Gráfico 14	1ª QUESTÃO – Questionário.....	62
Gráfico 15	2ª QUESTÃO – Questionário.....	63
Gráfico 16	3ª QUESTÃO – Questionário.....	63
Gráfico 17	4ª QUESTÃO – Questionário.....	64
Gráfico 18	5ª QUESTÃO – Questionário.....	65
Tabela 1	Divisão das turmas do turno vespertino pelos professores.....	39
Tabela 2	Livros didáticos e suas respectivas referências.....	40

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1. CONCEITUALIZAÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO: A história, o ensino de história e a luta pela história.....	13
1.1 Representação: memória, escrita e oralidade.....	16
1.2 O movimento negro no Brasil e as lutas por direitos e educação.....	18
2. PROMULGAÇÃO, DIRETRIZES E IMPACTOS DA LEI 10.639/03 NO BRASIL E NO MARANHÃO.....	24
2.1 O Maranhão como berço produtor de conteúdo.....	32
3. AVANÇOS E DESAFIOS DO ENSINO MARANHENSE: a lei 10.639/03 e sua aplicabilidade no Centro de Ensino Paulo VI.....	38
3.1 Sobre a escola.....	39
3.2 Sobre os livros didáticos.....	39
3.3 Sobre os dados coletados junto aos professores.....	47
3.4 Sobre os dados coletados junto aos alunos.....	53
3.5 Retorno à escola.....	65
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	71
REFERÊNCIAS.....	73
APÊNDICES.....	78

INTRODUÇÃO

Esta monografia é resultado do processo de revisão e ampliação da pesquisa desenvolvida no projeto de iniciação científica, intitulado “O ENSINO DE HISTÓRIA DA ÁFRICA: os avanços e desafios na implementação da Lei 10.639/03 – Unidade de Educação Básica Paulo VI” (PIBIC/PAULO VI), fomentado pela Universidade Estadual do Maranhão entre os anos de 2015 e 2016. Seu principal objetivo visa analisar a aplicabilidade e importância dos conteúdos voltados para a História e Cultura Afro-brasileira e Africana no cenário educacional maranhense, após a sanção da Lei 10.639/2003, em especial na escola da rede pública estadual do Maranhão “Centro de Ensino Paulo VI”, que se encontra na capital do estado e que também é Colégio Aplicação da UEMA desde 2016.

A fomentação desta se deu pela inquietação quanto a pouca presença de assuntos com base na história afro-brasileira e africana lecionados nas escolas, bem como a pouca importância dada aos mesmos. Com a promulgação da Lei 10.639/03 e a partir de sua obrigatoriedade, tivemos assim mais um aliado para a possível resolução desta inquietação no sentido de buscar analisar o processo de sua implementação nas escolas de São Luís. Sabendo que o ensino não compete somente ao trabalho de professores, mas que estes são fundamentais, fomos em busca de dados e opiniões quanto ao tema proposto, e com isso, levá-los a refletir sobre os saberes teóricos e práticos reforçados pela Lei.

Composto de três capítulos, este trabalho tem por base que os indivíduos e grupos sociais não podem ser pensados fora da realidade histórica, política e cultural em que vivem, com isso, primeiro capítulo é intitulado “Conceitualização e contextualização: A história, o ensino de história e a luta pela história”, que como o próprio nome já diz tem por objetivo trazer alguns conceitos e práticas que compreendem a disciplina de história, a sociedade histórica e o ensino de história no Brasil; aborda conceitos como representação e memória e contextualiza a trajetória de luta de movimentos sociais como o Movimento Negro em prol dos direitos da população afro-descendente brasileira.

O segundo capítulo, por título “Promulgação, diretrizes, aplicação e os impactos da Lei 10.639/03 no Brasil e no Maranhão”, vem tratar num primeiro momento da promulgação da Lei Federal 10.639/03, bem como da sua sanção pelo então presidente Luís Inácio Lula da Silva, sua conceitualização e aplicabilidade no Brasil. O capítulo afirma o importante trabalho que tem as escolas, os professores e os materiais didáticos

utilizados pelos mesmos para com o ensino de crianças e jovens do nosso país. Este apresenta também uma breve discussão sobre o silenciamento social e educacional, fornecido pela história e incorporado pela sociedade, que as populações negras sofreram ao longo dos anos. Traz o Maranhão como um polo fomentador de obras e projetos sobre o assunto em questão com a análise de algumas obras de autores maranhenses sobre a Lei e tudo o que ela envolve, esta realidade é fruto do trabalho de reivindicações e intervenções do Movimento Negro no Maranhão.

Com base no projeto de pesquisa já mencionado, o último capítulo que tem como título “Avanços e desafios do ensino maranhense: a lei e 10.639/03 sua aplicabilidade no Centro de Ensino Paulo VI”, aborda a análise de dados sobre a escola da rede pública de São Luís – MA, competente aos anos de 2015 e 2016, e sobre a estrutura educacional e física da mesma. Este capítulo traz a análise dos dados das entrevistas feitas com dois professores do turno vespertino que lecionavam a disciplina de história na escola, entrevistas e questionários com alunos dos três anos do ensino médio, e por fim, dados de uma entrevista feita com dois alunos da Universidade Estadual do Maranhão que foram estagiários da disciplina de história na escola no período de abril a junho de 2017.

A análise dos dados nos levou a refletir sobre o quanto a falta e ou a não disposição de dados sobre um povo levou-nos a ser uma sociedade historicamente precária em conhecimentos, porém rica em desigualdades. A estrutura física básica de uma escola também reflete na estrutura educacional, na produção de conhecimento e leva o ensino–aprendizagem a índices baixos.

Muitos são os desafios que se apresentam no cotidiano escolar o que reflete diretamente na formação cidadã de alunos, professores e docentes em geral. Reconhecendo a realidade do cenário educacional brasileiro, e mais especificadamente do cenário maranhense, e buscando melhorias é que este se dispõe a levantar questionamentos por todo o corpo do texto, no sentido de despertar outras pesquisas a analisar e questionar também os fatos e assim dar subsídio a discursos mais igualitários e humanos para com as práticas sociais brasileiras e a prática docente nas escolas; contribuindo assim para que a Lei seja implementada de forma eficaz, não só no Centro de Ensino Paulo VI, que constituiu o nosso espaço de observação e análise, como em todo campo educacional maranhense e quiçá brasileiro.

1. CONCEITUALIZAÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO: A história, o ensino de história e a luta pela história.

Tudo o que o ser humano gera e tudo o que dele é gerado não pode ser pensado fora da realidade histórica, política, social e cultural em que vive. A experiência educacional deve fazer parte da vida de todos indivíduos, estes assegurados socialmente à gama de conhecimentos educacionais fornecidos pelas instituições de ensino que constituem a base do conhecimento científico necessário para o desenvolvimento intelectual e social de todos.

A história dentre os demais saberes humanos “se constitui um dentre uma série de discursos a respeito do mundo” (JENKINS, 2004, p. 23). Embora estes discursos sobre o mundo não possam o definir integralmente, eles o interpretam e significam buscando chegar no mais verídico possível, em especial no que compreende o passado, lugar fundamental de sua pesquisa e produção.

Nas palavras de Bloch (2001, p.75), “o passado é, por definição, um dado que nada mais modificará. Mas o conhecimento do passado é uma coisa em progresso que incessantemente se transforma e aperfeiçoa”. Assim, a história, por ser a ciência que trabalha com o conhecimento sobre o passado, tem a necessidade de manter-se em progresso constante, renovando-se e adaptando-se ao homem e aos seus feitos para melhor apropriar e apresentar os fatos à sociedade.

O ensino de história, bem como as demais disciplinas que possuem como objeto de estudo o ser humano e suas práticas, está diretamente ligada aos acontecimentos sociais, pois estes só passam a existir a partir das ações humanas. Com a Escola dos Annales¹ em 1929, novas discussões historiográficas visando um olhar reformulador e crítico sobre a história positivista² inicia-se. Um pensamento mais preocupado com questões sociais e culturais, com uma história mais cotidiana, com fontes diferenciadas e com novos atores sociais para além dos grandes heróis, faz com que pessoas comuns comecem a ganhar espaço no meio histórico e educacional, abrindo os olhos da sociedade para discussões antes não trabalhadas. Os assuntos abordados com a iniciativa do movimento dos Annales no que se refere ao ofício do historiador também preconizavam

¹ Fundada nos anos de 1929 por Lucien Febvre, um especialista no século XVI, junto com Marc Bloch, “a prestigiosa escola dos Annales, teria papel fundamental na constituição de um novo modelo de historiografia. Segundo Febvre, a “história era filha de seu tempo”, o que já demonstrava a intenção do grupo de problematizar o próprio “fazer histórico” e sua capacidade de observar”. (BLOCH, 2001, p. 7)

² Corrente filosófica fundada pelos filósofos Augusto Comte e John Stuart Mill com questões mais voltada para o conhecimento técnico e científico, teve grande expressividade na Europa do fim do século XIX e início do XX.

a interdisciplinaridade como um recurso metodológico de grande importância. Naquela conjuntura, segundo Burke (1991) a revolução na historiografia, possibilitada pelo movimento, se definia em três pontos centrais: interdisciplinaridade, perspectiva totalizante e história problema

Partindo de observações sobre nossa realidade social, é possível notar que desde o surgimento das primeiras escolas no Brasil, comandadas por jesuítas no período colonial (1500 - 1822), muitos dos conhecimentos ensinados, e que depois foram apropriados até mesmo pelas universidades que foram surgindo, estavam estagnados em um único modelo de ensino eurocêntrico³, hierarquizado e excludente, valorando méritos e posses. Desde muito cedo a Europa constitui para nós a forma primeira de percepção da humanidade, em especial para nós ocidentais, como exemplo temos nossa maneira de ver o mundo, a nossa concepção econômica-social e os mecanismos de estruturação da sociedade que estão explicitamente assentados em perspectivas eurocênicas e que por muito tempo foram impostos como sendo os únicos que pudessem funcionar, o que nos levou gradativamente a um repensar sobre esta percepção.

A perspectiva eurocêntrica, que hierarquiza os conhecimentos sobre o mundo, caracterizou o que hoje para nós é conhecido como um “conhecimento superior”, dito tradicional e oficial e um “conhecimento subalterno”. Ramón Grosfoguel (2008, p. 6) traz que “ao esconder o lugar do sujeito da enunciação, a dominação e a expansão coloniais europeias/euro-americanas conseguiram construir por todo o globo uma hierarquia de conhecimento superior e inferior e, conseqüentemente, de povos superiores e inferiores.”, aonde este conhecimento dito superior é assim chamado por ter tido voz e representação universal no que diz respeito o olhar do homem ocidental sobre o mundo se comparado ao dito subalterno, este por vez sem voz, sem nome e sem lugar, enfatizando esta separação e hierarquização de povos e de conhecimentos.

Uma reviravolta historiográfica sobre esta perspectiva é principalmente, mas não exclusivamente notada desde os questionamentos feitos pelos Annales com uma série de quebras de paradigmas e conceitos e mais questionada ainda posteriormente com alguns conceitos e perspectivas como os da Nova História Cultural⁴. A partir do fim do século XX novos olhares foram surgindo sobre temas e por sujeitos antes deixados de lado. As

³ Muryatan Barbosa assinala que “o eurocentrismo deve ser entendido como uma forma de etnocentrismo singular, qualitativamente diferente de outras formas históricas. Isso porque ele é a expressão de uma dominação objetiva dos povos europeus ocidentais no mundo” (BARBOSA, 2008, p. 47).

⁴ É uma vertente historiográfica que “trata-se, antes de tudo, de pensar a cultura como um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo”. (PESAVENTO, 2008, p. 15)

novas metodologias de ensino desenvolvidas a partir deste período buscaram oferecer alternativas no uso de fontes e materiais didáticos na construção do conhecimento coletivo.

Temas como a cultura, a mulher, os latinos americanos, os pobres, a classe operária, entre outros temas diversos, antes não trabalhados, passaram a ser objeto de estudo de muitos estudiosos não só da história ou das ciências humanas de uma forma geral, como também das outras diversas áreas do conhecimento científico.

Nos aprofundando um pouco mais na realidade brasileira, somente a partir da constituição federal de 1988⁵, especificadamente no artigo 205, a educação passou a ser um direito social tendo como inspiração a igualdade entre as pessoas e o estado deveria assegurar a obrigatoriedade de uma educação de qualidade a todos os brasileiros; para além da constituição, temos ainda duas Leis que a dão suporte e a complementam: o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990; e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996. Com a obrigatoriedade educacional garantida por Lei à população, um novo momento educacional foi possível gerando melhorias e avanços em toda estrutura social brasileira, que vinha de um momento ditatorial marcado por uma educação moral e cívica com visão técnica das práticas metodológicas e didáticas.⁶

Um novo olhar sobre e a partir da educação começou a ser desenvolvido com a retomada democrática pós ditadura; mudanças no currículo⁷ escolar, aperfeiçoamento dos conteúdos a serem ministrados e a melhoria da qualidade do ensino e das condições físicas das escolas foram algumas das mudanças que podemos notar com a nova constituição e com o novo olhar sobre uma educação mais democrática e acessível. Novas leis começaram a ser moldadas no tocante as mudanças educacionais sob a nova legislação que carrega um caráter progressista, com o intuito de combater o analfabetismo e voltada para os direitos e lutas sociais de homens e mulheres que desde o período colonial buscavam melhores condições de educação para a população brasileira e uma melhor representatividade.

⁵BRASIL, Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 31 de Março de 2016.

⁶ A restrição das garantias fundamentais etc., advindas com a política ditatorial, fez crescer, durante o processo de abertura política, o anseio por dotar o Brasil de uma nova Constituição, defensora de valores democráticos. Anseio que se tornou necessidade após o fim da ditadura militar e a redemocratização do Brasil, a partir de 1985.

⁷ “O currículo é um campo de criação simbólica e cultural, permeado por conflitos e contradições, de constituição complexa e híbrida, com diferentes instâncias de realização: currículo formal, currículo real ou em ação, currículo oculto”. (MOREIRA, 1997, p. 13, 14 apud MONTEIRO, 2003, p. 10).

1.1 Representação: memória, escrita e oralidade

Ao nos debruçarmos sobre a história e o ensino de história, uma das fontes primordiais para o estudo e pesquisa é a memória. A oralidade assim como a memória também nos serve como fonte, elas estão intimamente ligadas uma na outra, por tanto, elas se relacionam constantemente. As duas participam na formação e divulgação das fontes escritas, pois estão carregadas de memórias que podem ter sido transmitidas oralmente como também podem se tornar discursos. Elas fazem parte da forma humana de representar o mundo.

É natural do ser humano recorrer todos os dias a testemunhos orais sobre os fatos que ocorrem na sociedade, mesmo que tenhamos a nossa própria observação sobre cada um deles previamente; estes testemunhos assim como a nossa observação pessoal partem de memórias individuais sobre o ocorrido. Por ter havido compartilhamento de memórias sobre o mesmo fato com outras pessoas, podemos concluir que houve assim a formulação de uma memória coletiva, aonde a concordância sobre alguns fatos mesmo partindo de discursos diferentes, é inevitável.

A partir de reflexão sobre a memória histórica, a oralidade e a escrita da história concluímos que o processo de representação sobre o mundo é contínuo e está diretamente associado à sociedade que o está exercendo. As antigas sociedades que compunham o que chamamos de período Pré-histórico (4000 a.C.) e de Idade Antiga (4000 a.C. – 476 d. C.) tinham a memória e a oralidade como sua principal fonte de conhecimento, esta não era única, mas era essencial. Com o passar dos anos a escrita se tornou bastante presente sendo um dos meios fundamentais de transmissão de conhecimento e de alcance de status social; na Idade Contemporânea (a partir de 1789) da qual fazemos parte, a história como uma das áreas de conhecimento humano está retomando significativamente as fontes orais que tanto quanto às escritas têm tido um papel importantíssimo nas pesquisas de representações sobre o mundo.

Muito do que conhecemos da nossa história foi escrita por homens que detinham para além da oralidade a escrita como meio de se expressar, e que por consequência representavam o mundo sob seu ponto de vista. Por conta deste método de representação, muitos conhecimentos antigos carregados somente pela memória e a oralidade foram perdidos e assim a escrita de alguns foi atribuída como sendo a fonte oficial e superior de todos e à todos.

Este processo de representatividade é confirmado por Roger Chartier (1990) que ao trabalhar com o termo representação coloca que “as representações do mundo social

assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupos que as forjam ” e fala ainda mais quando diz que “as percepções do social não são de forma alguma discursos neutros” (P. 17), haja vista estas percepções serem fundadas sob uma perspectiva visando a superioridade e concorrente às outras, visando legitimar e justificar suas escolhas e condutas como sendo melhores. Assim, a escrita sobre o que não é dito se tornou fonte, porém uma fonte que não pode ser tratada como a única verdade sobre os fatos.

Quando se trabalha a história dos negros na sociedade mundial e mais especificadamente na sociedade brasileira, as suas representações, a memória, a escrita e a oralidade são por vezes pejorativas e preconceituosas, constituindo assim um sério problema de auto-representação. Le Goff (1990, p. 368) coloca que “o estudo da memória social é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história, relativamente aos quais a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento”. Esta assertiva nos faz levantar questionamentos sobre a memória social no tocante às vivências do povo negro, estes que por muitos séculos foram retratados na história mundial sob uma perspectiva desumanizada. Por possuírem a oralidade como sua principal fonte de representação, os negros foram de certo modo soterrado e silenciado pelos conhecimentos europeus que os representavam de forma animalesca e sem conhecimento.

Haja vista este preconceito histórico nos debruçamos sobre outro conceito de representação e sobre o ato de representar, desta vez utilizado por Sandra Pesavento.

As representações construídas sobre o mundo não só se colocam no lugar deste mundo, como fazem com que os homens percebam a realidade e pautem a sua existência. São matrizes geradoras de condutas e práticas sociais dotadas de força integradora e coesiva, bem como explicativa do real. Indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade. (PESAVENTO, 2008, p.39)

Estas representações do povo negro tornaram-se explicações do real e da “verdade”, o que levou muitos homens e mulheres a lutarem contra estes estigmas e preconceitos no sentido de legitimar suas práticas, sua história e seu papel social. No Brasil temos grandes nomes de representatividade negra que encabeçaram os movimentos que aos poucos deram voz e escrita a esse povo e, mais ainda, que buscaram reservar-lhe uma participação digna na história e na memória de todos.

1.2 O movimento negro no Brasil e as lutas por direitos e educação

A história das lutas sociais brasileiras esta intrinsecamente ligadas à própria história do nosso país, estas lutas são criadas, adaptadas significadas e ressignificadas à realidade de acordo com os acontecimentos sociais, políticos e culturais que enfrentam.

Desde o período colonial (séc XVI – XIX), com a chegada dos portugueses em terras hoje pertencentes ao território brasileiro e todas as suas práticas cristãs expansionistas colonizadoras; indígenas inicialmente e, posteriormente, africanos que para cá foram trazidos e utilizados como mão de obra escrava, lutavam e resistiam contra a exploração que a eles era imposta, assim como contra as agressões e toda a má sorte de maus tratos que recaíram sobre os mesmos nesta condição.

As primeiras grandes empreitadas de luta por melhores condições de vida se deram por fugas de homens e mulheres que burlavam seus donos nas fazendas e se refugiavam junto a outros fugitivos e assim foram formando os chamados quilombos, locais onde os escravos tinham uma certa liberdade de expressar suas manifestações culturais e religiosas, viviam para sua subsistência sempre atentos para não serem pegos e novamente sofrer no cativeiro. O mais conhecido quilombo brasileiro foi denominado Palmares, tendo como seus líderes Ganga Zumba e, posteriormente, Zumbi, estava localizado na então Capitania de Pernambuco, região hoje pertencente ao estado de Alagoas.

Partindo de 1868 temos a continuidade de uma história de lutas no nosso país. O primeiro movimento social brasileiro que ocorreu no período imperial (1822-1889) da história do Brasil, e que foi de grande relevância para que ocorressem mudanças nas estruturas social, política, cultural e econômica do nosso país, partiu de homens como André Rebouças, Abílio Borges, Luís Gama, José do Patrocínio e Joaquim Nabuco. Eles tiveram grandiosa importância ativista no desenrolar de toda uma campanha com viés abolicionista, mas que por diversas vezes são excluídos dos nossos livros didáticos, pois são encobertos por nomes como o da Princesa Isabel e de Dom Pedro II; não tirando seus méritos, mas, estes foram apenas coadjuvantes no que se refere à abolição da escravatura se comparado a todas as lutas instituídas por homens e mulheres negras.

No livro “Flores, Votos e Balas: o movimento abolicionista brasileiro” a autora Angela Alonso (2015), traz que “o abolicionismo brasileiro aconteceu quando se inventara o próprio fenômeno *movimento social*” (P.20), abrindo alas para associações e

manifestações que se configuram no segundo império à expansão e diversificação através da luta por direitos com a implantação da república.

As mudanças decorridas no contexto internacional tiveram bastante importância para a configuração social e política da segunda metade do reinado de D. Pedro II. O movimento abolicionista no Brasil foi tardio se comparado a outros lugares do globo como em partes da Europa, nos Estados Unidos e em Cuba, e mesmo se valendo de muitas práticas, estratégias e influências estrangeiras, em especial europeias, teve seus desdobramentos próprios que o diferenciaram dos outros; como exemplo temos a utilização das artes, em especial do teatro para conseguir adeptos dos mais diversos lugares sociais da época, e em contrapartida aos movimentos que a igreja por meios dos Quakers realizaram em países europeus e estadunidenses, o que não aconteceria no Brasil já que aqui a Igreja Católica estava ligada ao estado. Houve também mudanças internas como a crescente urbanização, a modernização tecnológica do país e a influência do liberalismo⁸ na política brasileira.

Importa ressaltar desde o princípio o grande papel da imprensa e da variedade de jornais que circulavam no segundo império, estes foram veículos fundamentais tanto para os abolicionistas quanto para os escravistas o que demonstra que mesmo com uma grande massa populacional escravizada e/ou pobre, muitos tinham acesso a estes jornais e ouviam falar sobre eles o que ajudou a difundir tanto o movimento em todas as províncias do império e internacionalmente também.

Um movimento social não é ator coletivo orgânico, é maneira extraparlamentar de fazer política, à qual recorrem grupos sem acesso ou capacidade de impactar a política institucional. A mobilização brasileira pela abolição da escravidão preenche os critérios à sobeja. (ALONSO, 2015, p.352)

O ano de 1888 é tratado como um dos mais turbulentos da história do nosso país e este título se dá pelo fato de terem ocorrido muitos protestos abolicionistas, muita pressão à coroa, dissensões dentro do movimento abolicionista entre outros causos; chegando assim em 13 de maio de 1888 quando a Lei imperial nº 3353 foi sancionada na pessoa da então regente princesa Isabel e declarado assim o “fim” a cerca de 358 anos de escravidão no Brasil o que gerou uma grande festa nacional.

⁸ É uma filosofia política fundada sobre ideais que pretendem ser da liberdade individual e do igualitarismo, foi bastante expressivo durante o movimento iluminista e a revolução francesa.

Mesmo com a declaração da princesa regente em prol da abolição, assim como dos militares, da igreja e da grande imprensa, os fatores decisivos destacados, pela autora da obra acima citada, para que a escravidão pudesse chegar ao fim foram “os políticos, a ameaça de desorganização da produção e o esboroamento da ordem social escravista” (P.336).

Com o passar dos anos o movimento abolicionista acabou se dividindo e se especificando em diversas causas e com ele a sociedade dividia-se também, o que pode ser colocado como um dos fatores do porquê mesmo com tamanha luta o reconhecimento da vitória fosse dado a quem menos batalhou, em outras palavras à “redentora”. Foi reavivada e postergada a maquiagem sobre os que mais sofreram, fazendo de hoje, 129 anos depois da sanção da Lei abolicionista um repensar social ao que já deveria ter se concretizado ser tão comum quanto em 1868, pois, sem generalizações, ainda prosseguimos no mesmo movimento, em outro momento e usando outras estratégias de luta para justificar os verdadeiros vencedores e almejamos um dia colocá-los no seu lugar de direito igualitariamente com qualquer outro.

A partir destas divisões no movimento e com todas mudanças ocorrendo em nossa sociedade, inclusive de governo a partir de 1889, com o levante político militar que depôs D.Pedro II tornando o Brasil a partir de então uma República Federativa Presidencialista, iniciou-se um novo momento na história de luta pelos direitos da população negra, sendo correto afirmar que em nosso país não houve nenhum processo social e político que se compare ao Apartheid⁹ na África do Sul, mas também é correto afirmar que igualdade no sentido ideal da palavra também nunca existiu.

A história e a memória do negro no Brasil sempre foram carregadas de feridas e imagens negativas perpetuadas por gerações. De escravo a marginalizado, das senzalas às prisões, dos quilombos às favelas; os negros foram deixados de lado e tratados de forma excludente, representados em sua maioria de maneira preconceituosa. Buscando melhores condições de reconhecimento e respeito pelo resgate de uma memória histórica que foi riscada do meio político-social, que emergiu em especial nos anos pós 1888, com a abolição da escravatura novas lutas, novos protagonistas, novos investimentos em mudanças sociais e educacionais, estas partindo da população negra e tendo o ensino de qualidade um de seus mais fortes braços de luta.

⁹ O Apartheid foi um regime de segregação racial adotado de 1948 a 1994 pelos sucessivos governos do Partido Nacional na África do Sul, no qual os direitos da maioria dos habitantes foram cerceados pelo governo formado pela minoria branca.

No século XX, com a empreitada republicana, boa parte da população negra marginalizada organizou-se em torno de movimentos de cunho sociais tendo São Paulo e Rio de Janeiro como principais centros de mobilização, mas haviam grupos e associações em todo o território nacional, visando seus direitos e reparos históricos¹⁰. Como uma estratégia de elucidação à imprensa, às artes e à mídia aos novos reajustes sociais; estes tiveram um grande papel de propagar os ideais chegando a atingir positivamente todos os estados brasileiros, levando assim um olhar de mudança sobre a imagem do negro para a população em geral, principalmente quando o negro passou a falar de si mesmo e se posicionar de forma ferrenha na busca por melhorias.

Um dos grandes nomes desse movimento e que foi de suma importância para seu desenrolar social foi Abdias Nascimento¹¹ que não só abraçou o movimento, mas se tornou um dos ícones no Brasil e no Mundo, e empreendendo estratégias e melhorias a favor da população negra com propostas educacionais e participando também de órgãos não governamentais. A Frente Negra Brasileira (FNB), criada em 1930 contribuiu de maneira significativa para a mobilização da população negra e refletiu positivamente na constituição do Movimento Negro que pode ser entendido como:

A luta dos negros na perspectiva de resolver seus problemas na sociedade abrangente, em particular os provenientes dos preconceitos e das discriminações raciais, que os marginalizam no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultural. (PINTO, 1993, apud, DOMINGUES, 2006, p.101)

Dando uma conotação expressiva a uma parte ímpar da população negra que muito sofre com preconceitos sociais, duros golpes discriminatórios e políticas que não buscaram dar a assistência necessária tornando-as “o último outro”, temos as mulheres negras. Esta camada populacional feminina se firmou no meio social e tiveram voz expressiva frente ao movimento nos anos de 1930, o que se justifica de forma precisa nas

¹⁰ O autor e historiador Petrônio Domingues trabalha com movimentos e empreitadas sociais anteriores ao século XX.

¹¹ “ Abdias Nascimento nasce em Franca, SP, 1914, o segundo filho de Dona Josina e Seu Bem-Bem, músico e sapateiro [...] vai se diplomar em contabilidade pelo Atheneu Francano em 1929. Com 15 anos, alista-se no exército e vai morar na capital São Paulo. Na década dos 1930 engaja-se na Frente Negra Brasileira e luta contra a segregação racial em estabelecimentos comerciais da cidade. Prossegue na luta contra o racismo organizando o Congresso Afro-Campineiro em 1938. Funda em 1944 o Teatro Experimental do Negro, entidade que patrocina a Convenção Nacional do Negro em 1945-1946. [...] O governador Leonel Brizola o nomeia Secretário de Defesa e Promoção das Populações Afro-Brasileiras do Estado do Rio de Janeiro (1991-94). Mais tarde, é nomeado primeiro titular da Secretaria Estadual de Cidadania e Direitos Humanos (1999-2000)”. (Biografia resumida Abdias Nascimento. Disponível em: <http://www.abdias.com.br/biografia/biografia.htm> Acesso em: 19/04/2017)

lutas por direitos e cidadania como uma das vertentes de mais força no meio dos movimentos do século XXI.

Com o passar dos anos, mas precisamente de 1937 – 1945 com a instauração do Estado Novo¹² todos os órgãos voltados para a população negra foram extintos e assim o movimento foi “perdendo a cor” e a luta. Após este período de silenciamento o movimento tornou a se reerguer numa nova fase e a luta do povo negro alcançou um público mais amplo, elencando temas e abordagens mais específicas e quando temos também a criação do Teatro Experimental Negro (TEN).

O ano de 1964 também nos traz uma nova queda do movimento que veio com o Golpe de Estado que culminou com a Ditadura Civil Militar¹³ em 01 de abril que encerrou o governo do presidente democraticamente eleito João Goulart. Naquela conjuntura, novos temas começaram a ser discutidos, mesmo que na clandestinidade e contra o governo de regime militar.

Com o fim da Ditadura, mas especificadamente a partir da eleição de Tancredo Neves em 15 de janeiro de 1985, o Brasil começa a viver mudanças em seu panorama social haja vista a nova forma de governo que se instaurava. O retorno à democracia trouxe consigo conceitos e práticas até então não tratadas abertamente, dentre elas está o racismo que segundo Kabengele Munanga seria:

Uma ideologia essencialista que postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças contratadas que têm características físicas hereditárias comuns, sendo estas últimas, suportes das categorias psicológicas, morais, intelectuais e estéticas e se situam numa escala de valores desiguais [...] é uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural. (MUNANGA, 2003 p. 7 e 8)

Junto com todos os temas e conceitos que o perpassam, o racismo foi o principal pilar desta fase do movimento na república que em meio as lutas ditatoriais impulsionaram novos militantes a lutar pelos seus ideais. Sabemos que a ditadura tem seu fim em 1989, mas já em 1978 é fundado o Movimento Negro Unificado (MNU) com intuito não só de organizar, mas também de unificar todas as entidades de luta negra em

¹² Foi o regime político brasileiro fundado por Getúlio Vargas em 10 de novembro de 1937, que vigorou até 29 de outubro de 1945. Era caracterizado pela centralização do poder, nacionalismo, anticomunismo e por seu autoritarismo. É parte do período da história do Brasil conhecido como Era Vargas.

¹³ Autores como René Armand Dreifuss, **defende que para além de militar, a ditadura no Brasil também teve participação da elite empresarial, abordagem que ele trabalha em seus livros como o “1964: A Conquista do Estado”**

uma voz a nível nacional. Assim tem-se de volta à cena política do país o movimento negro organizado, através do qual a desmistificação da democracia racial brasileira, a busca pelo apoio internacional contra o racismo, bem como a luta pela introdução da História da África e do Negro no Brasil nos currículos escolares de todo o país, passou a fazer parte de suas reivindicações.

O fim do século XX foi carregado de acontecimentos, dentre os mais memoráveis estão a queda do muro de Berlim (1989)¹⁴ e o fim do Apartheid (1990) que possuem impacto mundial e são expressões finais de dois sistemas opressores e preconceituosos que marcam social e historicamente a forma do homem enxergar a si mesmo e ao outro. O fim do século continuou sendo movido por empreitadas sociais de importantíssimo reconhecimento; o Brasil em meio a era da globalização e da informação teve grandes conquistas, mas por outro lado a opressão e a marginalização da maioria dos negros era mais que presente.

O Movimento Negro elencando temas voltados a projetos educacionais como as ações afirmativas, as cotas e o ensino da história da África e dos afro-brasileiros, abriu mais uma vez os olhos políticos para a importância da educação no processo de reconciliação social com a população negra, tornando estes temas bastante presentes na campanha do então candidato à presidência Fernando Henrique Cardoso que se elegeu (1995 – 2002), e abordou em todo seu período presidencial projetos sociais e educacionais dentre os quais o projeto da Lei 10.639, que foi aprovada e sancionada no ano seguinte, já no governo de Luís Inácio Lula da Silva..

¹⁴ O Muro de Berlim foi uma barreira física construída pela República Democrática Alemã (Alemanha Oriental - socialista) durante a Guerra Fria, que cercava toda a Berlim Ocidental (capitalista), separando-a da Alemanha Oriental (socialista), incluindo Berlim Oriental. O Muro de Berlim começou a ser derrubado na noite de 9 de Novembro de 1989 depois de 28 anos de existência.

2. PROMULGAÇÃO, DIRETRIZES E IMPACTOS DA LEI 10.639/03 NO BRASIL E NO MARAHÃO

De acordo com o Minidicionário Aurélio da língua portuguesa silenciar é o “ato de guardar e impor silêncio a alguém ou alguma coisa” (FERREIRA, 2001, p. 636). O desconhecimento da população brasileira sobre os assuntos afro-brasileiros e africanos se dá em parte a séculos de silenciamento imputados a estes povos, o que drasticamente refletiu na formação social, política, histórica e principalmente educacional do Brasil, haja vista esta ser basilar para as outras.

Ao tratarmos do silêncio e do ato de silenciar querendo ou não voltamos à discussão sobre memória e oralidade. Michael Pollak trata o trabalho da memória e a organização social da vida como indissociáveis, onde, ao tratarmos da memória sobre os negros no Brasil, podemos dizer que esta sobrevive de maneira coletiva, fornecida pela história e incorporada pela sociedade, porém se tornou seletiva e enquadrada às exigências sociais, políticas e culturais que oficialmente se propôs à população, deixando-a por consequência leiga de sua memória histórica real e aos que a possuíam silenciados.

A fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa, em nossos exemplos, uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor (POLLAK, 1989 .p. 6)

Para além do silenciamento social no Brasil temos também o educacional, que não deixa de ser consequência do perfil de aprendizagem do brasileiro, criando assim uma não memória dos fatos e refletindo diretamente na formação cidadã de todos quando não trabalhados pelas famílias e escolas.

Ao explanarmos assuntos bastante influentes no XIX como raça, nação, liberdade e cidadania; que não perderam sua importância, mas reconfiguraram-se e continuam sendo utilizados no século XXI, colocamos a prova novamente o modo como a educação nacional foi moldada para não tratar das chamadas minorias, categoria na qual a população negra é enquadrada no Brasil. A população negra afro-brasileira mesmo sendo mal compreendida e interpretada não se deixou abater engajando-se historicamente em combates militantes e contestatórios, não coincidentemente é a com mais relevância populacional em nosso país, mas em contrapartida é uma das mais reprimidas socialmente.

Visando à mudança dessa memória histórica adoentada que gerou seres humanos silenciados e excluídos; tanto o movimento negro brasileiro quanto outras instituições autônomas de luta contra o racismo, o sexismo e outros estigmas sociais pressionando o estado e reivindicando direitos deram início às ações afirmativas:

Um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate da discriminação de raça, gênero etc., bem como para corrigir os efeitos presentes da discriminação praticada no passado. (GOMES, 2001, apud, DOMINGUES, 2005, p.166)

Tendo os anos 80 do século XX como marco do seu início efetivo no Brasil, as ações afirmativas¹⁵ trouxeram consigo novas visões e pensamentos quanto ao descrédito dado à população africana e afro-brasileira, dentre outras minorias da sociedade que também não tiveram seus direitos dados ao longo do tempo como os indígenas e os pobres, servindo também de apoio para que em 2003 a Lei 10.639, que será melhor trabalhada a frente, fosse de fato sancionada e a partir de então uma nova realidade pudesse vir a vigorar.

As áreas onde as ações afirmativas com viés educacional mais são empregadas e por consequência em maior proporção são combatidas são a do ensino superior tendo a proporção de um negro para quatro brancos e a da pós-graduação, tendo a taxa de negritude ainda menor, onde há apenas 0,16% de pessoas negras cursando. No que cabe à educação básica com base no mesmo senso de 2000, o ensino fundamental comporta 1,06% e o ensino médio 0,68%¹⁶. As hierarquias sociais e de certo modo racistas, formaram educacionalmente uma população que acostumou a repetir tudo o que a ela era apresentado sem questionamentos. O ideal de superioridade, por muitos almejado, teve no etnocentrismo¹⁷, dentre outras práticas, o principal gerador de uma sociedade que se manteve calada a todos os absurdos enfrentados pela população negra. Tomando isto como ponto de partida, tem-se apresentado um alto índice de racismo e desrespeito em

¹⁵ “Entende-se por ações afirmativas o conjunto de medidas especiais voltadas a grupos discriminados e vitimados pela exclusão social ocorridos no passado ou no presente” (Disponível em: <http://etnicoracial.mec.gov.br/acoes-afirmativas-cotas-prouni>.)

¹⁶ Dado coletado no texto “Ação afirmativa no ensino superior brasileiro: pontos para reflexão”. (ROSEMBERG, 2010, p. 8)

¹⁷ “Etnocentrismo é uma visão do mundo onde o nosso próprio grupo é tomado como centro de tudo e todos os outros são pensados e sentidos através dos nossos valores, nossos modelos, nossas definições do que é a existência. No plano intelectual, pode ser visto como a dificuldade de pensarmos a diferença; no plano afetivo, como sentimentos de estranheza, medo, hostilidade, etc.” (ROCHA, 1988, p. 5)

diversas instituições sociais como nas universidades por todo o Brasil, um exemplo são os diversos casos de bullying com alunos que aderem à política de cotas.

As ações afirmativas também se encontram no patamar metodológico que apontam para uma melhora dos níveis educacionais brasileiros. A principal ação que temos conhecimento é a das cotas raciais amparada na Lei 12.711, de 29 de Agosto de 2012, onde as instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação deverão reservar, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas e que se autodeclararem pretos, pardos e indígenas. Em suma são como uma reserva de vagas para grupos específicos, na maioria das vezes, negros e indígenas em instituições públicas ou privadas e que se desenvolveram de outras propostas com o mesmo objetivo, mas em outras áreas para além da educação e que sofrem muito preconceito se comparado à política da meritocracia, mas que mesmo com percalços já alcançou um bom lugar no meio social.

Uma das medidas efetivas para o combate à discriminação nas escolas brasileiras diz respeito à implementação da Lei no. 10 639/03. Tal lei, sancionada em 09 de janeiro de 2003, tornou obrigatório, nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais (públicos) e particulares, o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileiras, contemplando o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, valorizando a participação do povo negro nas áreas social, política e econômica. (LIMA; SANTOS, 2009, p.267)

A situação educacional brasileira quanto ao estudante cotista necessita estar em renovação constante de diretrizes e metodologias que comportem as realidades sociais, econômicas e políticas mundiais para que assim estes alunos se sintam acolhidos de forma digna nas instituições, o que não deveria ser um critério estrutural, pois este acolhimento deveria se dar de forma natural e sem leis práticas para sua aplicação.

Falar sobre educação é trazer à tona todos os descasos que a sociedade brasileira enfrentou e ainda enfrenta diariamente. Em 1988 com a aprovação da nova constituição brasileira, tornou-se necessário uma revisão quanto as Leis e normas nacionais vigentes. O país a pouco se libertara de um regime ditatorial que severamente mexeu com todas as estruturas da sociedade e estava se redemocratizando; a educação como um dos pilares de direitos universais estava sendo regida sob leis que já não supriam as necessidades sociais; com isso, partindo de debates, discussões e análises sobre a então conjuntura socioeducativa o Congresso Nacional em 20 de dezembro de 1996 decreta e o então

presidente Fernando Henrique Cardoso juntamente com o então ministro da Educação Paulo Renato promulgam a Lei nº 9.394.

A LDB¹⁸, Lei de diretrizes e bases da Educação também conhecida como Lei Darcy Ribeiro, este que foi seu relator, “define, regulariza e organiza a educação brasileira com base nos princípios presentes na Constituição”. Esta passou por mudanças no decorrer dos anos com acréscimos e retiradas, estas concedidas pelo MEC – Ministério da Educação, fundado desde 1930, órgão federal de maior valor no que tange à educação no Brasil. Além desta também temos como diretrizes educacionais no Brasil os PCN’s – Parâmetros Curriculares Nacionais¹⁹.

No que tange ao ensino de história como bem foi trabalhado no capítulo anterior, temos alterações específicas dentro da LDB, que visam o melhor aproveitamento da disciplina nas escolas de ensino básico e que nos coloca a trabalhar com os acréscimos dos artigos 26-A, 79-A e 79-B feitos em 2003 que discorrem falando que “nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-brasileiras”. Estes artigos foram sancionados sob a então presidência de Luís Inácio Lula da Silva, possibilitando a abertura de um leque de possibilidades educacionais sobre a história da população negra no Brasil, sobre esta abordaremos de forma mais precisa adiante.

A Lei 10.639/03 declara que não só na disciplina de história, mas que no âmbito de todo o currículo escolar devem ser trabalhados assuntos referentes aos afro-brasileiros e africanos. Como um instrumento de combate ao racismo e a discriminação, além de reforçar a situação do ensino sobre a história nacional, haja vista que os negros foram e ainda são primordiais para o país, a Lei 10.639 foi sancionada sob a presidência de Luís Inácio Lula da Silva em 2003, alterando assim a Lei 9.394/96, também conhecida como Lei Darcy Ribeiro. Esta torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana em todos os estabelecimentos de ensino do país, contribuindo assim para o avanço na qualidade do ensino, onde a História da África passou a constituir um mecanismo de grande importância para a reconfiguração do ensino de história, artes e literatura e, conseqüentemente, para produção e análise dos materiais e recursos didáticos utilizados em sala de aula.

¹⁸ Ver BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Rio de Janeiro: Qualitymark Editora, 1997.

¹⁹ Ver BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais – História e Geografia. Brasília: MEC, SEF, v. 5, 1997.

Qual a imagem da África e dos africanos que circulam em nossos meios midiáticos e acadêmicos e que ajudam a formar nossa identidade? A resposta é que o que ainda hoje predomina é a de uma África exótica, terra selvagem, como selvagem seriam os animais e pessoas que nela habitam: miseráveis, desumanos, que se destroem em sucessivas guerras fratricidas, seres irracionais em meio aos quais assolam doenças devastadoras. Enfim, desumana. Em outra vertente o continente é reduzido a uma cidade, nem mesmo um país. O termo África passa, nesses discursos, a servir para referenciar um lugar qualquer exótico e homogêneo. (ZAMPARONI, 2007)

Mesmo com a promulgação da Lei, muitos desafios surgiram e foram impostos para a realização da mesma e isto é visível nos dias de hoje, 14 anos após. Um dos principais desafios tem sido o de formar professores que detenham conhecimentos efetivos sobre a História da África e dos africanos; muitos declaram não ter tido em sua graduação matérias que abordassem estes assuntos e posteriormente a isso não conseguem conciliar a profissão com um curso de capacitação; outro grande desafio é o conteúdo dos livros didáticos utilizados pelas escolas que já tiveram melhorias, mas que ainda trazem ranços de uma história eurocêntrica e heroizada.

Cooperando para a mudança dessa realidade é que muitos estudiosos vem buscando soluções que possam ajudar nessa reconfiguração da realidade educacional brasileira. De acordo com Vieira et alii (2012), o ensino de História requer recursos didáticos que possibilite ao aluno apropriar-se de valores que o leve a compreender o passado e fazer uma análise crítica do presente. As novas metodologias de ensino, desenvolvidas principalmente no final do século XX, buscaram oferecer alternativas no uso de fontes e materiais didáticos na construção do conhecimento coletivo. Com base nessas mudanças, novas metodologias de ensino-aprendizagem foram instituídas visando uma educação mais inclusiva e que pudesse utilizar diferentes fontes e materiais.

Circe Bittencourt (2011) assinala que no Brasil as pesquisas acadêmicas sobre o livro didático tiveram início nos anos de 1980, a partir da análise em diversas áreas e disciplinas escolares, se tornou visível os preconceitos e visões que eram recorrentes nesse material, o que muito ajudou no processo de reconfiguração do material distribuído nas escolas.

Uma importante fonte de pesquisa e de estudo disponível ao público estudantil brasileiro e a todos os que buscam conhecimento é o livro didático. Este é de suma importância no processo de ensino-aprendizagem e deve estar de acordo com as normas a ele impostas. Para o estudante de nível básico o principal meio de aprendizado depois do professor é o livro didático. Este deve estar de acordo com o PNLD – Plano Nacional

do Livro Didático sendo de suma importância no processo de ensino-aprendizagem, devendo estar de acordo com as normas a ele impostas buscando assim um maior apoio técnico e metodológico junto ao professor e a escola em si. O espaço escolar nos remete a outras questões primordiais como o racismo, o desrespeito e o bullying contra crianças e jovens de modo geral, problema este que remete não só a professores, mas todos os trabalhadores no meio escolar e a sociedade como um todo.

O ensino de História da África exige que o professor vá além do que tradicionalmente é exposto e pede que seja incluído em sua prática docente conteúdos de outras áreas como, sociologia, linguística, literatura, geografia e artes, de forma interdisciplinar. O desconhecimento geral sobre os afro-brasileiros e africanos está drasticamente refletido na formação acadêmica de alunos e professores, o que influencia negativamente toda a sociedade. Essa realidade comprometeu e tem comprometido a aplicabilidade da Lei, além de constituir uma das principais justificativas utilizadas por educadores e gestores, que colocam como um empecilho a não formação voltada para o ensino de História da África, mesmo com o número crescente de cursos, palestras, didáticos, paradidáticos e, até mesmo graduações nessa área, que são oferecidos pelo próprio Ministério da Educação Brasileiro.

Outra Lei que foi implementada seis anos após a 10.639/03²⁰ e que veio para corroborar com a mesma foi a 11.645/09. Esta, tem por objetivo tornar obrigatório nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados brasileiros, o estudo da História e Cultura Afro-brasileira e Indígena. Mais uma vez nos deparamos com uma Lei que dá obrigatoriedade ao ensino de mais uma porcentagem populacional silenciada, marginalizada e pouco compreendida de nossa sociedade. Os conteúdos ministrados nas escolas sobre estes povos deverão estar comportados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística, de literatura e história brasileiras.

²⁰ No ano de 2017, com a reforma do Ensino na Educação Básica, empreendida pelo Governo Michel Temer, os conteúdos evidenciados pela Lei não são mais obrigatórios, o que tem gerado descontentamentos entre diversos movimentos sociais e setores educacionais brasileira. Algumas propostas da reforma estão disponíveis em: “Reformas e investimentos marcam políticas para educação básica e superior. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/educacao/2017/05/reformas-e-investimentos-marcam-politicas-para-educacao-basica-e-superior>. Acesso em: 14/07/2017.

Algo a se perguntar é o porque houve a necessidade de se implementar estas Leis, em especial a 10.639/03, e suas obrigatoriedades já que a história do Brasil é uma história de negros e mais ainda, é uma história de indígenas?

A palavra necessidade neste contexto faz referência à falta daquilo que é essencial, no caso em questão, se fez essencial para a população brasileira que houvesse o ensino dessa história negra e indígena haja vista que esta estava sendo deturpada e até mesmo esquecida. Jocéli Domanski Gomes Santos descreve bem que a necessidade somente não é capaz de mudar a realidade, mas que dela deve-se partir em busca de novos personagens, meios e práticas para que na realidade se concretize o objetivo de que a história destes povos seja verdadeiramente aprendida e apreendida.

Percebemos que para efetivar a lei, não é tarefa só dos professores, mas sim de toda a escola, de todas as disciplinas, não apenas como um projeto, em datas comemorativas, mas sim em todo o decorrer do ano letivo, pois é preciso que se recupere o orgulho de ser negro, de se buscar uma pedagogia de autoestima. Devem os professores, ao tratar a História da África e da presença negra no Brasil, fazer abordagens positivas, claro que não deixando de mostrar todo o sofrimento dos negros, mas principalmente salientando as várias lutas de resistências empreendidas por eles. (SANTOS, [200-], p.02)

Pensando na melhoria educacional de crianças e jovens do nosso país e levando em consideração que os níveis de escolaridade nacional demonstrados no último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE²¹ trazem que boa parte da população infanto-juvenil brasileira nunca frequentou ou deixaram de ir à escola, e por consequência não possuem base mínima educacional, devemos ter por consenso primordial que o ensino nas escolas deve ser tratado de forma a alcançar para além da sala de aula, pensando também na realidade social em que vivemos e buscando apoio nas políticas públicas e na sociedade como um todo.

Estabelecer diretrizes para que o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana seja lecionado de forma coerente, é ir para além dos muros da escola, é mudar uma realidade social que por muito tempo foi deixada de lado e que quando vinha à tona era carregada de preconceitos o que corrobora na afirmativa de transversalidade que este tema carrega consigo. Visando um repensar educacional sobre a teoria e a metodologia que as escolas brasileiras carregavam foi que a Lei 10.639/03 entrou em cena como um

²¹ **Censo Demográfico 2010: educação e deslocamento.** Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/educacao_e_deslocamento/default_gr_xls.shtm. Acesso em: 02 de julho de 2016.

veículo para que a partir de então a relação comunicativa de conhecimentos entre professores - alunos e de alunos - sociedade fosse mais efetiva e menos estigmatizada.

A transversalidade apresenta uma proposta que ultrapassa a fragmentação dos conteúdos e disciplinas, prevendo um trabalho cujo conhecimento seja construído em função dos temas e propostas apresentados. Arelado aos PCNs, publicados pelo Ministério da Educação, onde se pretende obter um referencial de conteúdos das diversas disciplinas, são apresentados temas que devem nortear a elaboração dos objetivos, programas e conteúdos que serão desenvolvidos por professores e alunos nas escolas brasileiras. (KARNAL, 2007, p. 59)

Os Estudos de África precisam partir de uma perspectiva transversal e transdisciplinar, de forma que possamos lançar mão dos recursos teóricos e metodológicos oferecidos pelas demais ciências e que constituem ferramentas importantes para a compreensão do continente na sua multiplicidade. A interdisciplinaridade é outra diretriz importantíssima para com o ensino da História e Cultura africana e afro-brasileira, pois este se relaciona diretamente com todas as áreas de conhecimento, sendo múltipla e de grande valia quando se buscar ajuda nas outras ciências e para além das humanas inclusive, entrando no mérito de que este saber é diversificado e se encaixa em diversos aspectos e que não deixa de requerer aos recursos didáticos para este fim.

Dentre as propostas metodológicas para a aplicação da lei estão: a revisão dos livros didáticos aderidos pelas escolas; a oferta por parte do estado e da própria instituição escolar cursos de capacitação para professores, pedagogos e docentes em geral; a utilização de materiais de apoio didático, paradidático e técnico; o acompanhamento efetivo dos alunos quanto à aprendizagem e a prática social quanto cidadão; a aproximação das escolas de nível básico com as instituições de nível técnico e superior dentre tantas outras propostas que possam subsidiar o ensino-aprendizado de professores e alunos e que devem ser cada vez mais trabalhadas e aprimoradas haja vista a difícil realidade do ensino brasileiro ainda em 2016, principalmente nas regiões norte e nordeste do país, mostrando que muito já foi feito, mas que muito mais ainda precisa ser criado e aperfeiçoado para o avanço dessa luta em busca de leis educacionais que sejam cumpridas verdadeiramente e abrir o leque de conhecimento dos alunos brasileiros, além de levá-los a repensar sobre temas que vinham sendo tratados até então como paradigmas.

Para subsidiar o ensino básico nacional a UNESCO - Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura no Brasil, em parceria com a Secretaria de

Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação (SECAD/MEC) e a Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), viabilizaram a edição completa em português da Coleção “História Geral da África” em oito volumes e editada em várias línguas, considerada a principal e mais completa obra de referência sobre o assunto. Para além desta, abriu-se no Brasil programas de graduação e pós-graduação, cursos para professores de diversas áreas, materiais de apoio didático e paradidático desde a educação infantil ao ensino superior que servem de base para um melhor ensino-aprendizagem de alunos, professores e interessados no tema de forma consistente e melhor aplicado à realidade historiográfica brasileira.

Analisando de forma geral toda a trajetória da educação desde seus primórdios e em especial a partir do ano de 2003 quando houve a promulgação da Lei 10.639, não se pode afirmar que a educação básica nacional está estagnada e que não houve melhorias, pois é possível sim notar mudanças significativas, seja com a maior oferta de cursos, até mesmo a nível superior que são específicos à história dos povos africanos; seja no maior número e disponibilidade de livros didáticos e paradidáticos que buscam tratar a história brasileira de forma mais digna para trazer assuntos envolvendo toda a sociedade; pelo melhor preparo profissional de professores e até mesmo pela modificação que ocorreu no pensamento social que aparenta estar menos preconceituoso, mais aberto à conversa e mais ativo em suas empreitadas. E por mais dura que ainda sejam algumas realidades brasileiras, a escola com certeza é fundamental para o processo de melhoria.

Ainda que a escola sozinha não seja capaz de reverter anos de desqualificação da população negra e supervalorização da população branca, a longo prazo ela pode desempenhar um importante papel na construção de uma nova cultura, de novas relações que vão além do respeito às diferenças. Possibilitando que toda as vozes possam ecoar no espaço escolar, chegar-se-á à consciência de que é na diversidade que se constrói algo novo. (SANTOS, 2003, p. 102, apud VIANA, 2015, p. 135)

Para um país em constante movimento como o Brasil estamos longe do fim desse rearranjo histórico, mas começar pela educação almejando a mudança está sendo um bom passo para a concretização deste propósito.

2.1 O Maranhão como berço produtor de conteúdo

Com o intuito de ampliar o leque de conhecimento dos alunos brasileiros, além de

levá-los a repensar sobre temas que vinham sendo tratados até então como paradigmas, autores como Jocéli Domanski Gomes dos Santos e Érica Cristina Bispo (2010) mostram como vem sendo implementada a Lei, sua aceitação pela sociedade educacional e principalmente em sala de aula.

Podemos ver com Ana Paula Batista Lima e Ademir Valdir Santos no artigo “A lei federal 10 639/03 e o combate ao racismo: ação docente e promoção de justiça e igualdade na escola” o quanto a obrigatoriedade da lei foi importante para a valorização da população negra em meio à sociedade e o combate à discriminação nas escolas:

Uma das medidas efetivas para o combate à discriminação nas escolas brasileiras diz respeito à implementação da Lei no. 10 639/03. Tal lei, sancionada em 9 de janeiro de 2003, tornou obrigatório, nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais (públicos) e particulares, o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileiras, contemplando o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, valorizando a participação do povo negro nas áreas social, política e econômica. (LIMA; SANTOS, 2009.p.267)

O Maranhão, um dos Estados brasileiros que mais recebeu africanos ao longo de sua história, principalmente nos séculos XVIII e XIX, perdendo apenas quantitativamente para os estados do Rio de Janeiro e da Bahia destaca-se cada vez mais no cenário nacional, o campo dos Estudos Africanos no estado vem se desenvolvendo de maneira significativa, em especial após a sanção da Lei federal 10.639 em 2003.

As lutas do movimento negro no Maranhão, tem como um dos órgãos representativos o Centro de Cultura Negra do Maranhão criado em São Luís, em setembro de 1979²². Este localizado na Rua dos Guaranis, Barés, João Paulo – São Luís – Ma, possui um acervo importantíssimo quanto a história da população africana e afro-descendente do estado. O site do Centro de Cultura é um portal que traz um pouco da história do Movimento Negro e de entidades que deste surgiram no Maranhão, apresenta também programas e projetos que tem como público alvo a população negra do estado.

Núcleos de pesquisas como o Núcleo de Estudos sobre África e o Sul Global (Neáfrica), Grupo Pesquisa e Extensão, do qual a proponente deste projeto faz parte, reúne professores, estudantes, pesquisadores e outros interessados em temas relacionados

²² CENTRO DE CULTURA NEGRA DO MARANHÃO. **Breve histórico do Movimento Negro no Maranhão**. Disponível em: <http://ccnma.org.br/index.php/about/historico-ccn>. Acesso em: 17/05/2017

às múltiplas diferenças, identidades e desigualdades sociais. O grupo tem buscado contribuir para a desconstrução de imagens estereotipadas e homogeneizantes sobre a África através da discussão da história de diferentes povos do continente africano, seguindo as proposições e formas de aplicação das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, bem como visa identificar, organizar, digitalizar e difundir fontes de diferentes naturezas, úteis para a reconstituição da história e memória da população afro-diaspórica e africana²³.

As universidades públicas do estado também tem sido transmissoras de conhecimentos sobre a população africana e afro-descendente. O Curso de História da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, possui duas disciplinas além de projetos de pesquisa e extensão voltados para a História da África e dos afro-brasileiros e desde Março de 2015 a Universidade Federal do Maranhão - UFMA oferece o curso de graduação Licenciatura Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros sendo um diferencial em nosso estado, pois foi o primeiro criado no país sendo o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (Neab) o proponente da criação da proposta do curso e a realização do projeto foi coordenada pelos professores Carlos Benedito Rodrigues da Silva, Kátia Regis e Marcelo Pagliosa com apoio do então reitor da universidade Natalino Salgado²⁴.

No que tange a produções científicas maranhenses encontramos diversos artigos, livros e monografias que falam sobre a população africana e afro-brasileira bem como suas lutas, nos deteremos a abordar algumas delas.

A primeira produção que apresentaremos é o trabalho monográfico de Patrícia Ferreira Araújo Leite Lima, licenciada em pedagogia no ano de 2017 e tem por título “A implementação da Lei 10.639/03 na U.E.B. Primavera: abordagens no processo de ensino-aprendizagem”. Um dos objetivos do trabalho foi analisar a implementação da lei em questão, percebendo quais os entraves nesse contexto escolar que impedem a sua execução equânime, utilizando como campo de pesquisa e análise uma escola municipal de São Luís/ MA, bem como entrevistas com cinco professoras do ensino fundamental, docentes da instituição.

²³ O grupo parte de uma proposta interinstitucional sediada na Universidade Federal do Maranhão (Campus Bacabal) e na Universidade Estadual do Maranhão (Campus São Luís), e atualmente tem algo em torno de 18 projetos de pesquisa financiados pela FAPEMA, CAPES, MEC, UEMA e UFMA. Além disso, recentemente estabeleceu uma importante parceria com a Secretaria da Igualdade Racial do Estado – SEIR, que tem contribuído para a concretização de muitas das ações levadas a cabo pelo grupo.

²⁴ Dados coletados em **Novo curso de graduação: "Estudos Africanos e Afro-Brasileiros"**. Disponível em: <http://portais.ufma.br/PortalUfma/paginas/noticias/noticia.jsf?id=44762>. Acesso em: 15/08/2016

A autora apresenta no decorrer do texto como ocorreu a implementação da Lei 10.639/03 no Brasil e no Maranhão, fala da importância do Governo do Estado não só lançar políticas para subsidiar a prática do ensino sobre África, como manter e cumprir com as questões estipuladas pela Lei. Enfatiza que o trabalho dos gestores e docentes das instituições escolares para com o ensino pedagógico antirracista deveria ser mais trabalhado nas escolas básicas, buscando um ensino mais equânime. Outra lei apresentada pela autora é a 11.645/08, onde transcorre sobre o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, apresenta dados quanto a alteração que a Lei propõe e sobre a estruturação de uma nova política de educação advinda com as propostas de governo do presidente Michel Temer que de certa forma barram a obrigatoriedade do ensino de ambas as Leis.

Encerra apresentando e analisando dados sobre a prática pedagógica na Unidade de Educação Básica Primavera, escola localizada no Bairro Cohatrac, em São Luís onde afirma que ‘foi possível perceber as dificuldades das docentes ao trabalhar a questão racial durante as aulas, nas relações e no trato com os (as) alunos (as)’ (LIMA, 2017, p. 39), e que “é indiscutível o papel da escola na construção de saberes culturais e sociais que fazem parte do acontecer humano” (LIMA, 2017, p. 63).

A produção “O ensino de história e cultura afro-brasileira em São Luís” da autora Rita de Cássia Nunes Pereira, foi a defesa de sua especialização em História pela Universidade Estadual do Maranhão no ano de 2006. A autora estuda as contradições existentes com relação à Lei 10.639/03 em São Luís, onde são analisadas falas de representantes do poder público e de entidades ligadas ao Movimento Negro, o ensino de História como uma disciplina em mudança e a exclusão de negros do sistema escolar brasileiro ao longo dos séculos.

A principal dificuldade para a não viabilização da Lei é a mudança de mentalidade de toda sociedade com relação à participação do negro na História (Pereira, 2006, p. 12), a partir desta colocação a autora apresenta uma discussão sobre a prática do ensino de história, destacando o importante papel dos professores e do livro didático para que esta seja bem-sucedida.

Ao falar sobre a História da África no contexto escolar são problematizadas algumas questões como os ensinamentos sobre a história da África e a referência ocidental que temos sobre ela e sobre o mundo, sobre como a cultura africana mesmo complexa foi por muito tempo homogeneizada, o que a história da África influencia na história do Brasil, salientando também o trabalho do Movimento Negro e considerando que em São

Luís, os militantes deste movimento são os responsáveis pela implementação da obrigatoriedade do ensino da história do negro; dentre outros temas.

Por fim, a autora Rita de Cássia faz um breve histórico do que foi feito para viabilizar o cumprimento da Lei em alguns estados brasileiros; no Maranhão por exemplo, ela toca nas atividades que foram realizadas a partir das duas universidades públicas, do Centro de Cultura Negra do Maranhão e de outros projetos sociais que abraçaram a causa. Para além destes, fala sobre projetos voltados aos níveis básicos de ensino e com isso sobre o papel das secretarias e superintendências de estado voltadas para a educação citando o I Fórum Estadual de Educação e Diversidade Étnico-Racial em 2005 que teve como objetivo a propagação e implementação da lei 10.639/03.

A dissertação de mestrado por tema “ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA: Uma análise da aplicabilidade da Lei Nº 10.639/2003 no Ensino Fundamental II da U. I. M. “Hélio de Sousa Queiroz”, em Caxias-MA” defendida em 2017 por Meiriele de Sousa Medeiros vem abordar a História Africana e Afro-Brasileira como eixo temático no Ensino Fundamental.

No decorrer do texto a autora pretende investigar as práticas educativas em torno dos conteúdos propostos pela Lei 10.639/03, além de contribuir com a divulgação das relações étnico-raciais no contexto escolar. Aborda sobre o Currículo Nacional para o Ensino de História e busca analisar o Ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira na Unidade Integrada Municipal “Hélio de Sousa Queiroz”, a partir, de entrevistas com os professores de História atuantes no 9º ano do Ensino Fundamental.

A autora encerra propondo alternativas pedagógicas para a inserção qualificada da temática História e Cultura Africana e Afro-Brasileira no cotidiano escolar, buscando que essa venha, de fato, a ser desenvolvida nas escolas de Caxias-MA.

Outra obra maranhense do ano de 2015 é o livro por título “Os desafios da implementação da Lei federal nº 10639/03: entre as ações da política nacional de promoção da igualdade racial e política educacional do Maranhão” da autora Maria da Guia Viana, pesquisadora e Mestra em Educação. O livro trata não só da implementação da Lei 10.639/03 e das políticas públicas educacionais e de igualdade social no estado do Maranhão, como da luta da população negra e quilombola contra atos discriminatórios diários sofridos especialmente nas escolas. Traz também sucessivos acontecimentos da história do Brasil que tiveram sua contribuição para com a população negra e seus direitos.

A autora faz a apresentação de órgãos responsáveis pelo trabalho de questões educacionais étnicas-raciais, de gênero, de homofobia, de educação e de direitos humanos no estado, como a Coordenação de Promoção da Igualdade e Diversidade Educacionais – COPIDE, este, se desenvolveu a partir de 2007 e a Superintendência de Educação Indígena - SEI que é responsável atividades educacionais indígenas, ambas buscam promover o cumprimento das Leis 10.639/03 e 11.645/08.

Dados de entrevistas com gestores da Secretaria de Estado da Educação do Maranhão de duas escolas da rede pública de ensino e com representantes de entidades e órgãos que participam do Fórum Permanente de Educação e Diversidade Étnico-Racial do Estado do Maranhão quanto às políticas públicas étnicas-raciais no Sistema educacional bem como dados estatísticos quanto à educação básica do Maranhão também foram apresentados, a autora afirma que:

A educação étnico-racial se configura como um desafio para uma educação democrática na política pública educacional do País, haja vista a educação apresentar-se com modelos rígidos, excludentes que não favorecem o êxito escolar para todos que a ela têm acesso, mantendo ainda uma imobilidade nas ações acerca da educação antirracista, inviabilizando o valor cultural e a contribuição positiva das diversas etnias nela existentes, gerando assim desigualdades sociais. (VIANA, 2015, p. 113)

O que corrobora com os requisitos da Lei, bem como da sua importância sócio educacional no estado que mesmo tendo uma população que compõe 217 municípios e estes com grande porcentagem de pessoas negras, descendentes quilombolas e indígenas; comete práticas racistas, excludentes e desiguais diariamente.

A autora encerra o livro mostrando o que nós também propomos neste, que o Governo do Estado do Maranhão, as prefeituras, as políticas públicas, as secretarias e a sociedade como um todo devem tomar para si um cuidado especial para com a educação de alunos e a preparação de professores das instituições de ensino, pois “as ações desenvolvidas no Maranhão pelo Governo do Estado, em sua maioria, se desenvolvem de forma limitada e descontínua [...]quase sempre de forma isolada com programas que abrangem uma pequena parcela do contexto real do sistema de ensino” (VIANA, 2015, p. 105); as escolas devem ser os principais espaços a serem trabalhados, porém, não os únicos, só assim poderemos almejar uma realidade com mais igualdades.

3. AVANÇOS E DESAFIOS DO ENSINO MARANHENSE: a lei e 10.639/03 sua aplicabilidade no Centro de Ensino Paulo VI

Com base na Lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira, na importância que o livro didático tem para o ensino escolar e na realidade educacional ludovicense, que não se difere de outras capitais brasileiras, esta pesquisa foi desenvolvida com o fim de analisar como tem se dado o ensino de História da África junto a professores e alunos no Centro de Ensino Paulo VI, Escola da Rede Pública Estadual Maranhense, localizada na Rua 203, Unid. 203 s/nº Campus da UEMA Cidade Opeária, São Luís – MA, no período de julho/2015 a julho/2016. Este é Colégio Aplicação da Universidade e recebe este nome, pois, “tem a função específica de ser um tipo de unidade de ensino, em que os próprios alunos dos cursos de licenciatura, da universidade fazem a aplicação, numa situação real de ensino-aprendizagem dos conhecimentos técnicos adquiridos na graduação, servindo também de campo de estágio ou experimentação pedagógica para a inovação e melhoria do ensino fundamental e médio”.²⁵

A pesquisa foi demarcada por visitas de campo à escola, que estão mais detalhadas na tabela que se encontra em apêndice²⁶. Para um melhor entrosamento com os alunos e professores da instituição e como uma das etapas do projeto, também ocorreu a observação de algumas aulas dos professores da disciplina de História e uma breve análise dos livros didáticos utilizados pela instituição.

As ações previstas para este projeto também buscam perceber as opiniões dos professores e dos alunos acerca dos avanços e desafios na implementação da Lei 10.639/03 na Centro de Ensino Paulo VI. Sendo assim, foram realizadas entrevistas e aplicação de questionários que serviram para dar subsídio à opinião de cada um deles sobre o tema.

Para além das discussões, dos trabalhos teóricos, das entrevistas e questionários, foram feitas apresentações e participações em eventos vinculados à Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e ao Núcleo de Estudos sobre África e o Sul global (NEÁFRICA) do qual faço parte, durante toda a execução do projeto de pesquisa.

²⁵ BARROS, Alcindo. Disponível em: <http://www.uema.br/2016/12/colégio-paulo-vi-e-transformado-em-escola-de-aplicacao-apos-assinatura-do-termo-de-cooperacao-tecnica-entre-uema-e-seduc/>. Acesso em: 08/05/17

²⁶ Ver apêndice A.

3.1 Sobre a escola:

Imagem 1 – Fachada do Centro de Ensino Paulo VI.



Fonte: Site do Governo do Estado do Maranhão

A escola possui 14 salas de aula em funcionamento no turno vespertino com uma média de 27 alunos por turma, independente da série. Com a reforma²⁷, houve uma melhora significativa na estrutura física de toda escola, mas ainda precisam ser concluídos os reparos da quadra de esportes, da biblioteca e dos laboratórios. A divisão das turmas por professor de História do turno vespertino em 2016 foi feita da seguinte maneira:

Tabela 1 - Divisão das turmas do turno vespertino pelos professores

Professor 1	Professor 2	Professor 3
101	105	205
102	201	206
103	202	301
104	203	302
	204	303

3.2 Sobre os livros didáticos:

²⁷ Durante a pesquisa tivemos alguns percalços mediante a problemas na estrutura física como a queda do forro de uma das salas de aula e do telhado da quadra da escola no dia 24/09/2015 e posteriormente com a reforma da mesma feita pelo governo do estado já em 2016, o que durou por volta de três meses. Ver apêndice A.

A partir de uma breve análise quanto aos livros didáticos utilizados na escola, temos que são da autoria de Patrícia Ramos Braick e Myriam Becho Mota, e foram aprovados pelo Plano Nacional do Livro Didático com a duração de três anos: 2015, 2016 e 2017. Além disso são produzidos pela Editora Moderna e possuem as seguintes referências:

Tabela 2 - Livros didáticos e suas respectivas referências

	<p>BRAICK, Patrícia Ramos. História: Das Cavernas ao terceiro milênio / Das origens da humanidade a expansão marítima europeia / Patrícia Ramos Braick, Myriam Becho Mota – 3. ed. –São Paulo: Moderna 2013.</p>
	<p>BRAICK, Patrícia Ramos. História: Das Cavernas ao terceiro milênio / Da conquista da América ao século XIX / Patrícia Ramos Braick, Myriam Becho Mota – 3. ed. –São Paulo: Moderna 2013.</p>
	<p>BRAICK, Patrícia Ramos. História: Das Cavernas ao terceiro milênio / Do avanço imperialista no século IX aos dias atuais / Patrícia Ramos Braick, Myriam Becho Mota – 3. ed. –São Paulo: Moderna 2013.</p>

Estes são da Editora Moderna, utilizados e concedidos pela escola. Foi possível notar que possuem capítulos, atividades e caixas de diálogo sobre a história Africana e Afro-brasileira, as autoras dão bastante ênfase às atividades e exercícios de pesquisa. Há pouca utilização por parte dos alunos que relatam não levar pelo peso na bolsa entre outras questões, mesmo que por vezes cobrados pelos professores. Os recursos e materiais de apoio didático e paradidáticos da escola estão fragilizados ou até mesmo são inexistentes, até a última visita à escola, possuía apenas uma televisão disponível para ser utilizada por todos os professores, quadro branco em todas as salas, pincéis e apagadores.

Os livros didáticos da coleção tratam os acontecimentos históricos em ordem cronológica, carregado de informações e temas buscando sempre trazer os temas para a realidade dos alunos; as autoras procuram despertar pensamentos críticos e reflexivos através de seus textos, além de desconstruir algumas visões estereotipadas de assuntos como quando abordam os aspectos culturais africanos e indígenas. Os livros possuem bastante imagens, textos de apoio, referências que visam ajudar na compreensão do conteúdo, atividades e pesquisas para fixação e prática. Todos os capítulos iniciam com uma imagem e um texto de um site e/ou autor fazendo referência ao conteúdo que será trabalhado e termina com um box de texto que traz um tema de curiosidade e/ou que englobe um dos temas que o capítulo retratou.

LIVRO 01 - Visão geral do livro:

Sendo o livro inicial desta coleção, fala de como é a profissão do historiador e como se deve utilizar as fontes históricas comparando o trabalho do historiador com o do investigador. Também faz referência aos acontecimentos do período Antigo, iniciando com as teorias que remetem às origens do homem até a expansão marítima europeia em busca do novo, do desconhecido.

O capt. 02 – Da origem do ser humano à formação dos primeiros Estados, traz as principais teorias de como se deu a origem do homem, e sua evolução com o passar dos séculos até chegar no Homo Sapiens Sapiens, mostrando todos os “períodos históricos” da humanidade e suas possíveis falhas que são questionadas por muitos estudiosos. Fala dos mais antigos fósseis encontrados pelos paleontólogos que possuem características predominantemente de povos do continente africano, sendo estes os mais estudados.

O capt. 03 – A identidade do homem americano, como um complemento do capítulo anterior, fala das rotas migratórias que partiram da África em direção aos demais continentes. As mais prováveis rotas que as teorias contam dos homens que chegaram à América são pelo Estreito de Bering que hoje conhecemos como a Rússia e os EUA e a

de que diversas grupos humanos teriam se utilizado de canoas primitivas e que, indo de ilha em ilha rumo a leste, teriam chegado na América do Sul.

O capt. 04 – Antiguidade oriental, ressalta como desde o mundo Antigo temos a presença de grandes civilizações que reinavam sobre extensos pedaços de terra. No continente africano não foi diferente, como prova temos o Grandioso Império Egípcio que sobreviveu por várias gerações de Faraós e que detinham grande conhecimento aritmético, medicinal e mercadológico, haja vista o grande comércio que existia às margens do Nilo, rio considerado como o berço da civilização egípcia. A Núbia foi onde se desenvolveu mais antiga civilização negra da África.

Capt. 14 – A África dos grandes reinos e impérios, esse é o último capítulo do livro e é o que aborda de forma direta e precisa sobre o continente africano, suas diásporas, o trabalho braçal que muito foi explorado e como os Europeus percebem a África e os povos que nela habitavam, sendo este olhar passível de críticas mesmo este tendo sido tratado como verdade por muitos estudiosos por muito tempo. Trabalha também com a cultura e religiosidade africana ao trazer um mito iorubá e suas práticas religiosas.

Pelo fato de ainda haver muitos achismos, equívocos e distorções sobre a história dos africanos que foram trazidos na condição de escravos para o Brasil, este capítulo tem bastante importância para a gama de conhecimentos a serem apreendidos pelos alunos e levados consigo por toda sua trajetória educacional. Dedicar um espaço para o “O olhar europeu sobre a África” é um bom começo para que esses equívocos e distorções sejam analisados, questionados e esclarecidos junto aos alunos. Tratar de assuntos como mitologia e religião também é uma boa forma de trazer o conteúdo para mais perto da realidade dos alunos, utilizá-los de forma consciente e sem preconceitos é sempre muito positivo.

LIVRO 02 - Visão geral do livro:

Constitui um livro carregado de informações, que vem mostrando o período de colonização da grande América e que traz à tona o início das lutas de resistência e os grandes empreendimentos econômicos que adentraram e influenciaram a sociedade imperial brasileira do século XIX.

Com temas importantes e buscando sempre mostrar os dois lados da história, o livro procurar despertar o pensamento crítico e reflexivo dos alunos quanto às práticas empregadas nas colônias e nas metrópoles, além de desconstruir a visão dessas populações

como vítimas indefesas, mostrando que eles buscaram sim reivindicar seus direitos quanto seres humanos que estavam sendo tratados como máquinas de trabalho.

O capt. 01 – A colonização da América espanhola, aborda como ocorreu a colonização na América espanhola e todo seu desenrolar. Mostra como alguns indígenas se aliaram e como outros empreitaram lutas de resistência contra o colonizador unindo-se, aperfeiçoando armas e lutando contra a exploração da mão de obra. O capítulo traz dos grupos sociais especificamente os Chapetones, Criollos e Mestiços e como o convívio e as diversas relações até mesmo de cunho pessoal em uniões inter-raciais tornaram a população miscigenada e múltipla. Fala do escravo africano que foi utilizado sistematicamente em poucas áreas da América hispânica, com exceção apenas de Cuba e seus grandes engenhos.

O capt. 02 – A colonização da América inglesa e francesa, inicia mostrando a posição das mulheres no meio social inglês e como estas deveriam ser submissas após seu casamento e tinham pouca visibilidade ao público em geral, mas que mesmo assim foram de suma importância para a formação da colônia e após a independência também. Vem adiante falando da fundação das treze colônias americanas e sua divisão em Norte, Centro e Sul; suas formas de administração e de trabalho. Assinala como no Sul empregou-se preferencialmente a mão de obra de escravos africanos.

Capt. 03 – Organização político-administrativa na América portuguesa, este capítulo é uma continuação dos outros e aborda sobre os modelos de colonização portuguesa e sobre sua organização político-administrativa, sendo esta a que atingiu o Brasil de forma mais direta. A colonização portuguesa na América iniciou-se com a exploração de pau-brasil sendo o seu primeiro empreendimento juntamente com a utilização da força de trabalho indígena que foi substituída mais a frente pela africana, mostrando também no box como essa nova sociedade colonial mudou bruscamente a estruturada população indígena, em especial a partir de 1534 com os novos regimes de capitânicas e donatárias. Assim como o capítulo anterior, este trabalha muito sobre a condição dos povos indígenas no período colonial o que já nos traz a Lei 11.645/08 que da obrigatoriedade ao Ensino de História e Cultura dos povos indígenas e afro-brasileira e que está entrelaçada na Lei que esta pesquisa abrange.

Capt. 04 – A economia na América portuguesa e o Brasil holandês, este capítulo está voltado mais para os processos econômicos do período colonial brasileiro e como ele foi marcado pela exploração de mão de obra escrava, pelo latifúndio, pela exploração de pedras preciosas, entre outras atividades que movimentaram o comércio tanto interno

como externamente. Trata como lucraram os grandes donos de engenhos de açúcar e os donos de escravos com o tráfico negreiro para servirem de força de trabalho e com isso traz também a resistência desses escravos e a formação dos quilombos como refúgio daqueles perseguidos pela justiça, abrigando assim em sua grande maioria negros, mas também índios, e homens brancos pobres.

O capt. 06 – Religião e sociedade na América portuguesa, traz o sincretismo religioso como conteúdo inicial do capítulo e trata em específico do sincretismo nas religiões afro-brasileiras, mostrando que estas são sincréticas desde o nome a elas empregado, diferenciando assim a religião e religiosidade popular do Brasil colonial com as que existiam na Europa do mesmo período, mesmo o catolicismo tendo chegado aqui, este sofreu mudanças e adequações. Este capítulo trata também da sociedade colonial que é colocada verticalmente como “dos desclassificados aos ‘homens bons’”, sendo estes desclassificados o maior contingente populacional contendo escravos libertos, índios aculturados, mestiços e brancos pobres e os homens bons eram os que ocupavam os postos mais altos da sociedade como os grandes comerciantes, aristocratas açucareiros e donos de lavras de ouro. O box intitulado “Reis do Congo” fala mais sobre as religiões originalmente africanas que se mesclaram com o catolicismo pregado pelos portugueses, mas especificamente das festividades de coroação de reis e rainhas que aconteciam na África.

O capt. 09 – A Revolução francesa e o império napoleônico, traz um box ao final do capítulo que trata das fugas e criação de quilombos por escravos, em sua maioria negros na região da capitania do Grão-Pará que fazia parte da América portuguesa, após a notícia do fim da escravidão nas colônias francesas na América. Esse capítulo vem para ratificar as lutas de resistência negra que ocorreram em todas as regiões/capitanias coloniais, mostrando que não se tratava de áreas específicas, mas de toda a região do Brasil e das demais colônias na América.

Capt. 15 – O governo de D. Pedro II, também retrata como a resistência dos escravos estava cada vez mais forte e intensificada, onde eles criaram cada vez mais espaços de resistência e encontros, demonstrando assim que o século XIX viveu momentos de transformações e de lutas de resistência da população cativa por melhores condições de vida. Traz ainda algumas conquistas deste período, se assim podem ser chamadas, como o fim do tráfico negreiro e as Leis Abolicionistas como a Lei do ventre livre, a Lei dos sexagenários e algumas outras até 1888, como a Lei Áurea, que declarou a abolição da escravatura.

Capt.16 – Os Estados Unidos e a América hispânica no pós-independência, retrata como sucederam as relações sociais no pós-independência dos EUA, principalmente nos estados do Sul, e da América hispânica. Traz a Lei de Emancipação dos escravos proclamada por Abraham Lincoln, mas mesmo livres da escravidão, os negros permaneceram subjugados por muito tempo, estando sujeitos a diversas formas de servidão assim como em outros países americanos.

LIVRO 03 - Visão geral do livro:

O livro traz uma quantidade considerável de assuntos sobre o continente africano e os povos que nele habitam e também sobre os afro-brasileiros. Possui bastante imagem, textos de apoio, referências para ajudar na compreensão do conteúdo, atividades e pesquisas para fixação e prática. Todo capítulo inicia com uma imagem e um texto de um site e/ou autor fazendo referência ao conteúdo que será trabalhado e termina com um box de texto que traz um tema de curiosidade e/ou um tema que englobe um dos temas que o capítulo retratou. Como será possível perceber, no capítulo 12, é apresentada a luta da população negra no Brasil e cita e explica a Lei 10.639/03 e sua importância para o ensino brasileiro. O Livro é bastante descritivo, mas não deixa de ser crítico, buscando mostrar sempre os dois lados da realidade histórica, em especial, dos que foram “silenciados” na dita história oficial, instigando sempre o leitor a fazer uma análise acurada do que é abordado.

O capt. 01 – O imperialismo na África e na Ásia, retrata o imperialismo que ocorreu na África e na Ásia, do fim do século XIX ao século XX. Aborda a chamada “missão” do homem branco de conquistar e dominar novos povos e territórios levando “tecnologia e cultura cristã” para aqueles que a seu olhar não conheciam. Explica sobre como ocorreu a partilha do continente africano em especial pelos Portugueses, Franceses, Britânicos, Belgas, Alemães e Italianos. Além disso assinala a resistência dos povos africanos e os conflitos gerados durante as lutas de independência.

No Capt. 07 – Guerra Fria, possui um Box que discorre sobre a população negra Estadunidense que instituiu o sistema de segregação racial e que mesmo após a abolição da escravatura passou a vivenciar a violência policial, dando início assim as lutas pelos seus direitos civis. O movimento negro Estadunidense teve Martin Luther King Jr como um dos seus grandes personagens, inspirado nos movimentos de resistência pacífica de Gandhi na Índia. Mudanças aconteceram lentamente após pressão contra o governo

durante os anos 60 e 70 do século XX, no entanto mesmo anos após essas lutas os negros ainda são “rebaixado” se comparado ao branco.

Capt. 08 – Os processos de emancipação na África e na Ásia, inicia falando sobre as lutas anticoloniais na África e Ásia, as mudanças e os acontecimentos sociais, políticos e econômicos vivenciados por essas populações. Discorre sobre o período de guerras e como as colônias e os processos coloniais se movimentaram quanto a estes acontecimentos globais. O capítulo fala sobre a resistência contra a presença europeia nos continentes que ia para além do sentimento nacionalista, movida também por ideias religiosas. Trata ainda dos processos de independência da África que iniciaram com uma elite intelectual e que após a 2ª Guerra ganhou amplitude e aproximou as elites e as massas populares, enfocando o Pan-africanismo, movimento da negritude e suas lutas contra o colonialismo e a discriminação racial.

Aborda a independência das regiões colonizadas e os líderes negros que assumiram o poder a partir de então. De forma particular, apresenta a guerra da Argélia e todo seu cruento desenrolar com uma sociedade dividida. Além disso, traz informações sobre o fim do império português na África e o importante papel da literatura africana de língua portuguesa para tal fim, fala ainda sobre a revolução dos cravos e o regime de Apartheid na África do Sul, seu desenrolar, a resistência contra o regime, haja vista que a segregação para além de social, também foi política.

Esse capítulo também discorre sobre as fronteiras políticas e étnicas do continente, sobre a diáspora africana após a independência devido as constantes guerras civis, cujos efeitos foram sentidos no Brasil, onde muitos africanos foram impedidos de entrar haja visto que a política de branqueamento dificultou a entrada desses africanos até os anos de 1950. Somente a partir de 1960 houve mudanças na política brasileira. Assinala que desde 2000 grande é o número de estudantes estrangeiros no país, principalmente graduandos e pós-graduandos.

Capt. 12 – Brasil: da redemocratização aos dias atuais, apresenta a realidade política brasileira de José Sarney a Dilma Rousseff e todos os processos sociais e econômicos vivenciados no país. Assinala que a constituição de 1988, que vigora até os dias de hoje, traz inúmeros direitos conquistados pelos cidadãos brasileiros. Relata sobre a situação e os direitos da população indígena, que desde o processo de redemocratização do Brasil, na década de 1980, e mesmo com a mudança na constituição, ainda são muito desrespeitados.

Perpassa pelos governos de Itamar Franco, FHC, Lula e Dilma Rousseff onde os autores se aprofundam sobre as Políticas de Ações Afirmativas no Brasil, assinalando os direitos conquistados pelas mulheres e o sistema de cotas. Traz ainda a luta dos negros no Brasil, onde cita a Lei Caó, que condenada as práticas de racismo e a Lei 10.639/03 de obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura afro-brasileira e africana nas escolas públicas e privadas da Educação Básica do país.

Capt. 13 – O mundo globalizado e seus principais desafios, expõe sobre o processo de globalização, a grande quantidade de informações e comunicações, e a aceleração do tempo. Especifica como a ordem econômica global e o processo de globalização acabou por excluir um contingente populacional significativo. Aborda a formação dos blocos econômicos em especial dos BRICS, também chamados de novos emergentes, do qual fazem parte o Brasil, a Rússia, Índia, China e África do sul. Fala também sobre a questão social mundial e como a segregação social e espacial afeta boa parte da população mundial levando ao crescimento de periferias. Por fim, problematiza a grande quantidade de imigrantes que saem da América Latina, principalmente rumo aos EUA e países europeus, o que só corrobora para a segregação social destes lugares.

Ratificando o que já foi descrito, o objetivo principal deste capítulo se concretiza com a realização e análise de entrevistas e questionários feitos junto aos professores de história e alunos das três séries do ensino médio do Centro de Ensino Paulo VI nos anos de 2015/2016. Estes foram aplicados com a finalidade de identificar a realidade educacional dos discentes e docente quanto ao ensino da disciplina história, em especial, aos conteúdos que envolvem o ensino de história africana e afro-brasileira e a lei 10.639/03, a recepção e a importância a eles dada, bem como suas avaliações pessoais quanto à estrutura física e educacional da escola e as metodologias e didáticas utilizadas no ensino e dá um significativo retorno teórico que auxiliasse a prática de ensino..

3.3 Sobre os dados coletados junto aos professores:

Antes de iniciarmos com a disposição dos dados referentes aos professores, nos cabe salientar sobre o papel do professor e de sua formação acadêmica-profissional que é extremamente importante e fundamental com face a obrigatoriedade da lei, haja vista, estes serem o canal condutor de conhecimentos aos alunos, para isso tomamos como base a citação a seguir:

“A importância dada à questão da formação de professores, está presente nas políticas públicas atuais, objetivando equacionar problemas no campo da educação, ofertando uma formação inicial e continuada de professores. Assim para possibilitar a qualidade da Educação, o alvo principal é o campo de formação de professores, no entanto os estudos realizados apontam que, a valorização desses profissionais, assim como o investimento da educação brasileira nesses moldes vem enfrentando muitos desafios”. (GOMES; SANTOS, 2013, p.4)

O investimento educacional dos professores, em especial nas disciplinas dos cursos de história das universidades foi uma das pautas que levantamos em nossa entrevista para com os discentes que participaram conosco da pesquisa.

Foram assistidas poucas aulas de história na escola por conta dos percalços com a estrutura das salas de aula e compatibilidade de horários, bem como a pouca disponibilidade dos professores durante o período de aplicação da pesquisa; dentre as poucas aulas que acompanhamos, em nenhuma os professores fizeram referência ao ensino da história afro-brasileira e africana²⁸. No que diz respeito às entrevistas com os professores do turno vespertino, temos descrito abaixo algumas falas dos docentes do primeiro e segundo ano. (O professor do terceiro ano não compareceu no dia marcado para entrevista e não deu satisfação). O modelo da entrevista completa aplicada junto aos professores está disponível entre os apêndices²⁹, ambos os professores assinaram um termo de concordância e autorização da divulgação de entrevista.

O primeiro entrevistado foi o Professor Agnaldo Reis dos Santos, que se diz mulato, é licenciado em História pela UEMA e está há 01 ano lecionando História no turno vespertino da UEB Paulo VI, mas que já está à frente de salas de aula há 12 anos. Afirmou não ter tido em sua graduação disciplinas voltadas a História da África e o que teve foi muito raso de informações. Possui algumas informações sobre a Lei 10.639/03, mas nada especificadamente, já tendo participado de um curso sobre o assunto oferecido pela Secretaria de Educação do Maranhão, mas nada para além deste.

Leonardo Ibiapina Beviláqua foi o nosso segundo entrevistado, professor de História da UEB Paulo VI há dois meses. Se considera pardo e fez sua graduação no estado do Ceará afirmando ter tido nesta uma disciplina de História da África, porém bem concisa e delimitada, já tendo assim sido apresentado a Lei 10.639/03 afirmando que “não

²⁸ Ver Apêndice A.

²⁹ Ver Apêndice B.

li o corpo da lei, mas a gente teve uma discussão na disciplina de História” e que além da disciplina na graduação não participou de nenhum outro curso ou palestra sobre.

Dentre as perguntas presentes na entrevista, é possível destacar a seguinte: *Qual a importância que você dá em suas aulas a conteúdos que abordam as realidades dos povos africanos e afro-brasileiros?*

Professor 1: “Ah bastante, tenho é falado sempre do esquecimento, né, do conteúdo, o esquecimento das próprias aulas, do livro né do conteúdo do livro voltado pra isso, pra História da África, dessa generalização de África como um todo e não particularmente, é você estudar as particularidades da África, as belezas da África também né, que não é só coisas ruins, tem muita coisa boa na África, então também isso é uma coisa que falta muito no conteúdo do livro didático”.

Professor 2: “É... a importância é da própria história mesmo, da disciplina de história, de você compreender o que é diferente, de você aceitar a diferença, de você é... não homogeneizar, eu acho que a história da África é muito importante neste sentido, porque mesmo nas nossas falas a gente fala muito de história da África, história da África e de certa forma a gente tá reproduzindo uma unidade certo, então tudo isso tem que ser questionado, tem que chamar atenção, eu sempre que dou a disciplina de história da África eu chamo muita atenção aproveitando a coisa do presente para diferenciar o Magreb de colonização árabe do Sul do Saara né o... Sahel, a região do Sahel enfim, tem que diferenciar e aí eu uso também os esportes pra falar de um... a um atleta turco por exemplo uso mais o futebol, um atleta, desculpe turco não, da Tunísia, um atleta marroquino, um atleta argelino é pra eles verem pela feição que o continente africano não é simplesmente aquele, o povo de origem, o povo negro né, tem uma parte ali de ocupação árabe, então isso é uma das diferenças para além das outras internamente, das outras diferenças então... uma das coisas que eu mais centro é pluralidade, a pluralidade.”

No que se refere à possibilidade de relacionar os conteúdos de História da África com outros conteúdos que envolvam História Antiga, Medieval, o professor 1 respondeu o seguinte: “Ah com certeza, quando a gente estuda por exemplo o Egito né, aí estuda um pouco sobre a África, sobre o continente, sobre a questão geografia, sobre a questão dos povos Cuxe, também que ali envolveram-se, no Egito né”.

Outra questão importante foi sobre a recepção por parte dos alunos quanto a esses conteúdos:

Professor 1: “É boa, interesse pouco né, mais já é alguma coisa, a gente tem que tá sempre incentivando, é... mostrando né por exemplo, na sala de aula você vê tem cinquenta por

cento as vezes são negros, então a gente incentivar a questão da valorização, da autovalorização, da não discriminação né, e... por ai mais ou menos.”

Professor 2: “É, eu ainda não ministrei a história da África aqui nessa escola pra poder ter um feedback”.

Sobre o livro didático utilizado na escola, os professores ressaltaram que:

Professor 1: “Gosto é, eu gosto desse livro e utilizo sempre, porque não tem outro material, não tenho usado outro material sem ser o livro, eu sei que seria muito bom... data show né, utilizar televisão pra passar alguns filmes, alguns documentários, mas não tenho feito esse ano, então é só mesmo o livro”.

Professor 2: “É eu nem pude ter uma posição porque eu tive que aceitar porque quando eu cheguei já estava escolhido, mas a princípio eu reitero que por enquanto eu tenho visto que da pra fazer um bom aproveitamento dele, eu não vou fazer aquela crítica de destruir o livro didático só porque é livro didático as vezes o pessoal tem a mania, mas eu acho que dá pra fazer um bom aproveitamento dele, mas ainda não, não olhei o capítulo de história da África é o último capítulo do primeiro ano, então eu ainda não parei pra olhar ainda.”

Algo que foi bastante criticado pelos professores foram as dificuldades em utilizar materiais paradidáticos e a falta de estrutura da escola, o que muito dificulta a aplicação dos conteúdos.

Professor 1: “Não, a escola quase que não tem nada, tinha dois data show... não funciona nenhum deles, quando tinha mesmo assim era difícil, faltava tomada, é... faltava extensões, faltavam cabos, faltavam um monte de coisa e ai ate a questão do próprio controle, as vezes você não encontra, ai fica difícil você manusear.”

“A estrutura física tem melhorado bastante né, então não é o... não tá de forma a nos contentarmos com o que tá porque ainda falta muito, mas já melhorou bastante; agora o que eu gostaria assim que tivesse uma sala multimídia que a gente pudesse ter televisão, pudesse ter data show tudinho ali, pudesse ter outros instrumentos e também que tivesse uma pessoa encarregada, que as vezes você pega a chave, alguém tem a chave pra abrir aquela sala e operar ali, ai tem muita gente irresponsável, alunos, professores que de repente some com as coisas e a gente acaba não sabendo quem foi que levou mas só sabe que sumiu né, ai se tivesse alguém com formação nessa área de informática que é coisa muito fácil né, pra ajudar ai era só agendar, o professor agendaria aquele local e levaria os alunos.”

Professor 2: “Igualmente muito difícil de utilizar qualquer tipo de material extra por falta de estrutura, por falta de biblioteca, não tem biblioteca nessa escola, então tem é... tem coisas que infelizmente a gente tem que se virar com o pouco que tem.”

“Não, a escola tem muito a melhorar, isso pra falar só em termos de coisas materiais voltados pro aprendizado como biblioteca, como recurso didáticos, como retroprojeter, sei lá, televisão, um computador pra você apresentar, isso sem falar de ar condicionado, outras coisas pra nem entrar nessa questão, mas falta ainda hum... eu tava discutindo agora com uma aluna justamente isso, que é uma menina que gosta de ler, tava falando a história do Egito, a gente falando da coisa camponesa, a vida social dos camponeses no Egito e ela me fez uma pergunta e a gente foi é... discutindo tal ela falou que tinha lido umas coisas num livro, eu perguntei se ela gostava de ler, ela disse que na outra escola tinha o hábito de ler, toda semana ia na biblioteca pegava um livro na sexta-feira, lia alguma coisa no final de semana pra devolver na segunda, e essa não tem, ela falou isso e é uma pena né, enfim.”

Por fim, perguntamos: *Além dos questionamentos aqui já feitos, possui alguma contribuição para com esta pesquisa? Em relação à UEMA, a projetos, a Escola?*

Professor 1: “É... sempre é bom ajuda né, sempre é coisa boa, então a UEMA eu acho que é o melhor curso de história do Maranhão tá na UEMA né, os melhores professores de historia que eu tenho visto estão na UEMA e se tivesse um programa voltado para as escolas e especificamente para esta que está bem perto da UEMA, então seria muito bom, se tivesse alguma coisa né pra envolver, que fizessem seminários de forma que os alunos fossem convidados pra ir, pra centro de convenções né, com os professores que tem né, tem professores ótimos ai que poderiam dá palestra né ai chamaria o colégio: olha vai ter um seminário vai ter determinada outra coisa né, lá no centro de convenções, então os alunos estão convidados, então seria muito legal.”

Professor 2: “Sim, da Universidade eu acho que a gente pode esperar mais, foi uma coisa que foi discutida no conselho de sala, é... eu levantei justamente a questão da pouca, do pouco contato, da pouca visibilidade que os estudantes tem pra universidade como um caminho, como um objetivo, e.... eu pergunto isso, no primeiro dia de aula eu sempre pergunto: tem alguém na família na vizinhança, amigo, colega que fale da Universidade, que indique os caminhos da universidade pra vocês? E são muito poucos, pouquíssimos, três, quatro alunos que conhece sei lá uma irmã, um primo, um vizinho, mas muito poucos; então eu tento bater nessa tecla de falar da universidade e aqui é um caso mais porque é vizinho, é colado e é uma escola que é associada, é vinculada a universidade,

então eu acho que sim a.. a... a UEMA pode oferecer muito, de sei lá algum tipo de coisa para que nesses instantes eles vão, levar eles ao ambiente acadêmico pra que eles possam sei lá circular, ver como é que é, ver nem que seja a estrutura, o mínimo pra saber que aquilo é palpável certo, eu acho que isso tem um efeito psicológico importante... pra ver a biblioteca, pra ver as pessoas, pessoas diferentes, pessoas sei lá porque a universidade é um ambiente tão bom, assim o pessoal, o espaço aberto, o pessoal conversando tal, aqui é aquele negócio de escola muito horário, sala, pedir permissão e a universidade eu acho que dá uma abertura de possibilidades que muitas vezes esses estudantes não tem, então eu acho que trazer esse tipo de coisa, não sei se a UEMA tem curso de línguas, mas tenham pra fora da comunidade acadêmica que eu até tenho vontade de sugerir pra esses estudantes que eles se preocupem em buscar um curso de línguas, mas Como? Onde? Como? Isso seria interessante se fosse uma coisa contínua, permanente, que houvesse algum tipo de incentivo é... mesmo que fosse alguma coisa, sei lá, a liberação de um almoço no refeitório para que eles possam fazer um curso de manhã, almoçar e já ficar direto, porque também não adianta se for difícil e eles tiverem que voltar pra casa e tal, é.. tem que, eu acho que é muito necessário abrir caminhos, pra que esses estudantes encontrem, vão de encontro com a universidade, que ela seja um objetivo mesmo, uma possibilidade real e concreta pra esses estudantes, pra não ficar só naquela, naquele discurso: Ah a universidade, a universidade e não saber o que é; tá aqui do lado, tem que ir, tem que passar lá, tem que ver o que é, tem que conhecer minimamente, minimamente.”

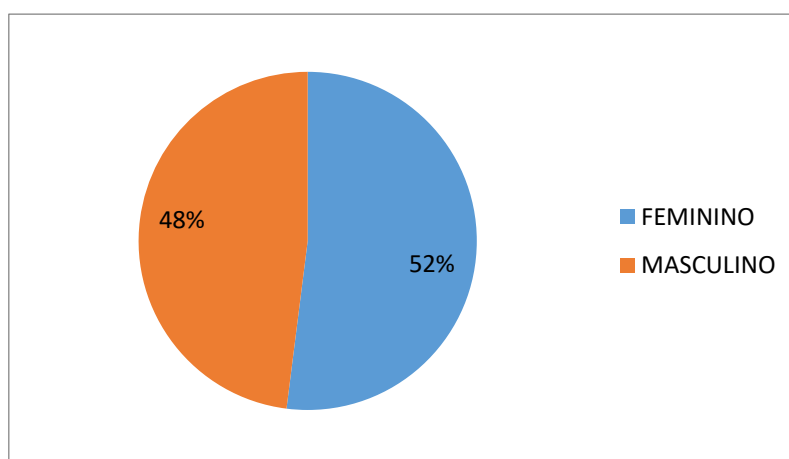
De uma forma geral, ambos os professores afirmaram não ter grandes conhecimentos sobre a Lei 10.639/03 e do que ela trata. Apesar de terem formações em épocas e lugares distintos, afirmam não terem tido aulas específicas sobre o continente africano e suas diásporas, mas um deles chegou a participar de cursos e o outro teve uma cadeira específica sobre História da África. Os dois asseguram que os conteúdos envolvendo temáticas sobre a História dos povos africanos e afro-brasileiro são importantes e que os alunos dão retorno quando esses temas são trabalhados. A falta de materiais didático e técnico por parte da escola, em especial de uma biblioteca e uma sala de multimídia, constituiu uma das principais críticas. Para eles a Universidade Estadual do Maranhão deve buscar se envolver mais os alunos do Ensino Médio, a partir dos projetos desenvolvidos, em especial a UEB Paulo VI, que se encontra ao lado e que precisa muito desse apoio e incentivo não só os alunos como a todo o corpo docente e administrativo da escola.

3.4 Sobre os dados coletados junto aos alunos:

No que diz respeito a entrevistas com os alunos, foram feitas ao todo 25 entrevistas sendo: onze com alunos do primeiro ano, quatro com alunos do segundo ano e dez com alunos do terceiro ano, estes que se disponibilizaram, assinaram termos de concordância e autorização da gravação e divulgação da entrevista caso necessário. O método utilizado nas entrevistas foi tanto quantitativo quanto qualitativo, sendo constituídas por quatro perguntas objetivas e cinco perguntas subjetivas, as mesmas foram utilizadas nos questionários, porém, nas entrevistas os alunos responderam com mais ênfase e mais flexibilidade nas respostas. O modelo completo das perguntas aplicadas junto aos alunos está disponível entre os apêndices³⁰. Temos a seguir os dados coletados nas entrevistas:

As quatro perguntas mais objetivas feitas nas entrevistas aos alunos foram sobre o sexo, a frequência de aulas de história, o uso do livro didático por eles e quanto a identidade étnica:

Gráfico 1 - **SEXO** - Entrevista

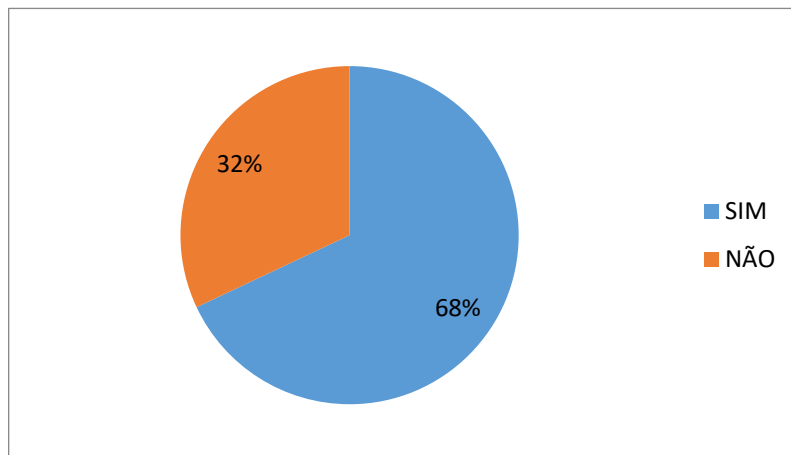


Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Quanto ao sexo é possível notar que da quantidade geral de alunos que se disponibilizaram para com a entrevista foi a maioria do sexo feminino, estas desde o princípio demonstraram estar mais interessadas no assunto

Gráfico 2 - **AULAS DE HISTÓRIA** - Entrevista

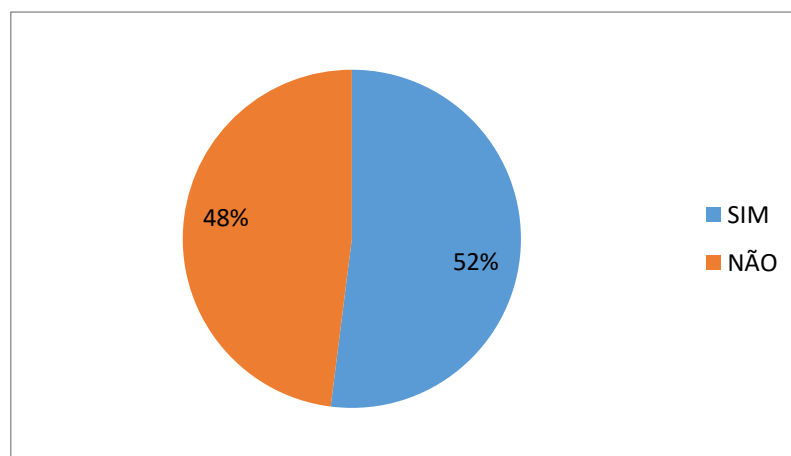
³⁰ Ver apêndice C.



Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Quanto a frequência de aulas de história, 68% dos alunos afirmam frequentar a aula assiduamente e que sempre tem aulas, mesmo assim é possível ver que ainda há uma evasão muito grande de alunos especificadamente na disciplina de história e eles mesmos afirmaram não terem muito interesse em assistir esta aula.

Gráfico 3 – **LIVRO DIDÁTICO** - Entrevista

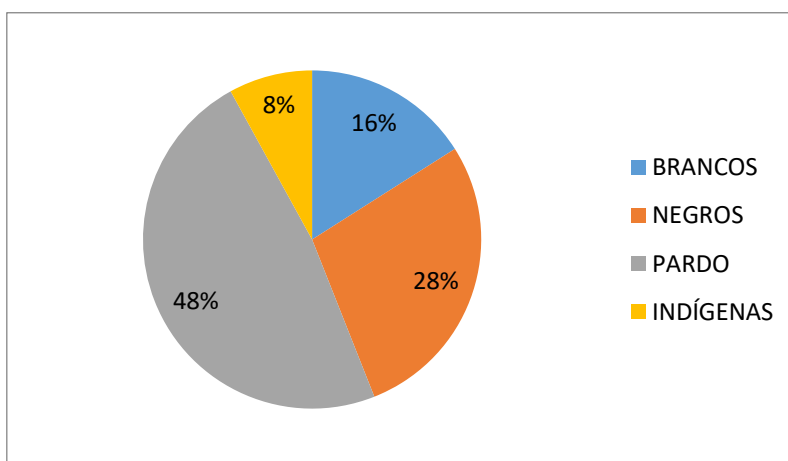


Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Por mais objetiva que esta pergunta tenha sido proposta, ela foi bastante subjetiva/discursiva. Quanto ao uso do livro didático, nas entrevistas 52% afirmaram utilizar o livro didático de história, mas bem pouco, e só costumam levar quando o professor solicita e que os professores não utilizam outros recursos em sala, sendo presente na fala dos alunos do terceiro ano que o atual professor de história é muito faltoso e que quase não deu aula.

Afirmam também não terem trabalhado ainda neste ano (2016) com assuntos que envolvessem os temas em questão e não sabem dizer se o livro possui algum conteúdo que aborde, mas como um deles mencionou “acredita ter conteúdos sobre a África nos últimos capítulos do livro”, já 48% afirmaram não utilizar o livro o que nos mostra certo desinteresse por parte dos alunos, já que todos na instituição receberam os livros didáticos e estes são frequentemente cobrados nas reuniões de pais como afirmou uma das coordenadoras pedagógicas das escola.

Gráfico 4 – **IDENTIDADE ÉTNICA** - Entrevista



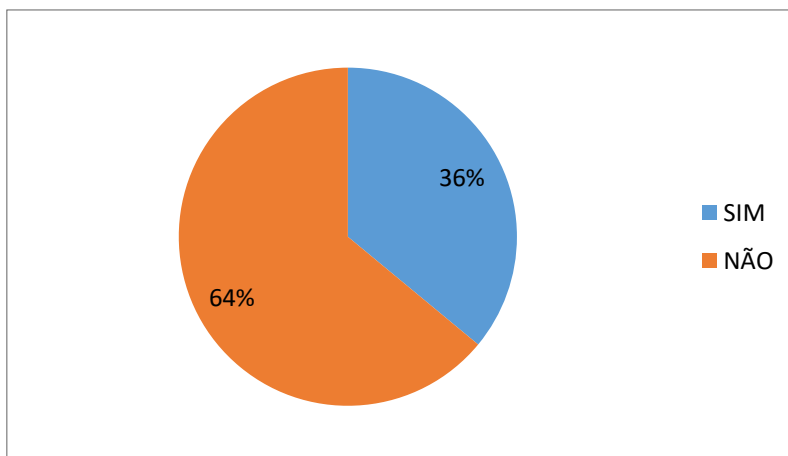
Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Quanto a sua identificação étnica a maioria dos alunos literalmente parara pra pensar sobre, demonstrando assim terem dúvidas e questionamentos sobre. A maior quantidade de alunos se consideraram pardos, a segunda maior quantidade se autodeclararam negros e a menor quantidade foi a de indígenas. A identidade parda foi utilizada algumas vezes pelos alunos como escape ao não conhecimento e/ou dúvida sobre sua identidade.

As cinco questões mais subjetivas são diretamente relacionadas à Lei 10.639/03 e ao ensino de história da África e dos afro-brasileiros:

Questão 01: Você conhece/Já ouviu falar/Já teve aulas/projetos sobre a Lei 10.639/03 (Lei de obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura africana e afro-brasileira nas escolas do Brasil)? Se sim, descreva o que sabe essa Lei?

Gráfico 5 – **1ª QUESTÃO** - Entrevista

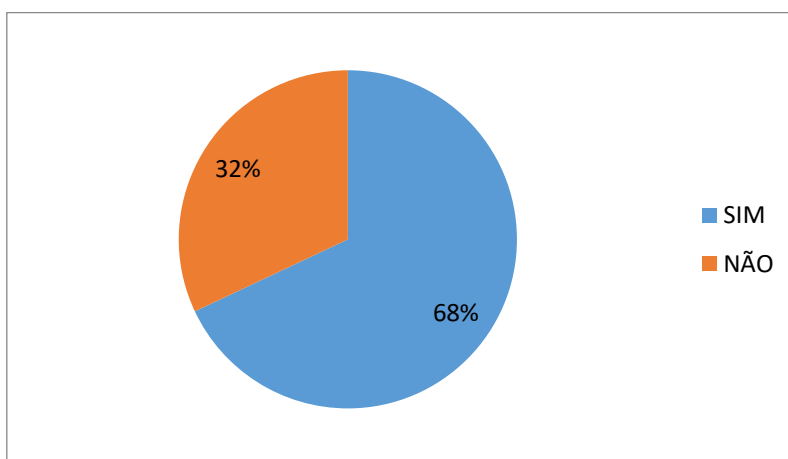


Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Na análise dos dados no tocante a esta questão, nenhum aluno demonstrou ter básico conhecimento sobre a Lei 10.639/03 a não ser três do terceiro ano que afirmaram já terem escutado sobre a lei em uma aula de Artes, mas nada aprofundado, segundo os mesmo a professora ao trabalhar as artes de incidência africana citou a lei 10.639, bem como quando falou das artes indígenas citou a 11.645.

Questão 02: O que você sabe/conhece sobre o continente africano? Qual a relação com o Brasil?

Gráfico 6 – 2ª QUESTÃO - Entrevista

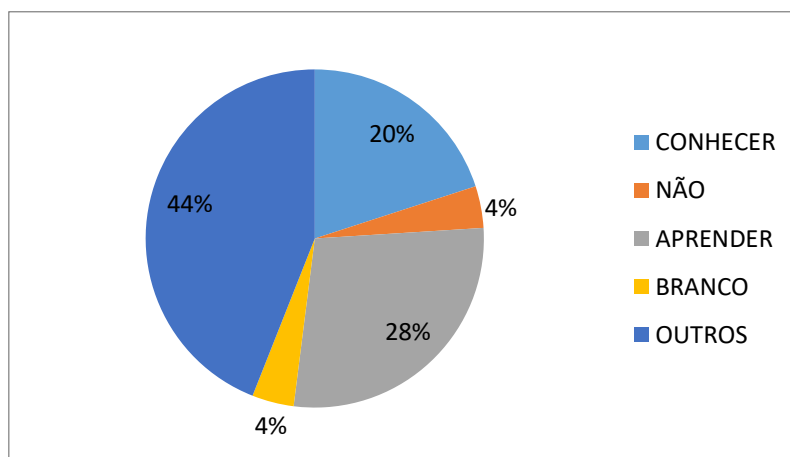


Fonte: Dados da pesquisa (2016).

De forma ampla a maioria alegou que o que conhecem da relação Brasil – África é basicamente sobre o tráfico negreiro, a escravização dos povos africanos e sobre a cultura africana que reflete muito na cultura brasileira e maranhense. Este infelizmente ainda é um pensamento vigente em nossa sociedade.

Questão 03: Qual a importância de se estudar a História da África e dos povos afro-brasileiros?

Gráfico 7 – 3ª QUESTÃO - Entrevista

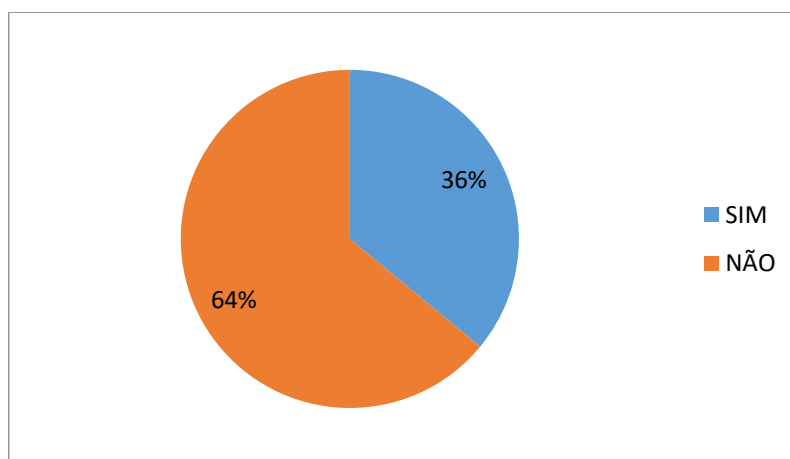


Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Os alunos afirmaram que estes conteúdos são importantes de serem estudados para se conhecer e aprender mais sobre eles, haja vista a grande parte de a população brasileira descender destes que foram trazidos no período colonial da África para o Brasil, outra importância também muito citada foi a de que “aprender sempre é bom”, e também que “devemos conhecer outros lugares, outras pessoas e suas culturas”. Alguns alunos foram mais complexos quanto à resposta, estes pertencem a categoria “outros” do gráfico, no geral afirmaram ser importante para a vida escolar do aluno ter conhecimentos sobre todos os continentes e suas culturas, mas que conheciam pouco sobre a África, somente o que já tinham assistido em televisão ou visto na internet e que possuíam muitas dúvidas. A categoria “branco” foram os que não responderam a questão.

Questão 04: Seu livro didático traz assuntos que comportam o ensino de História da África e Afro-brasileiros? Você já trabalhou com algum destes assuntos?

Gráfico 8 – 4ª QUESTÃO - Entrevista



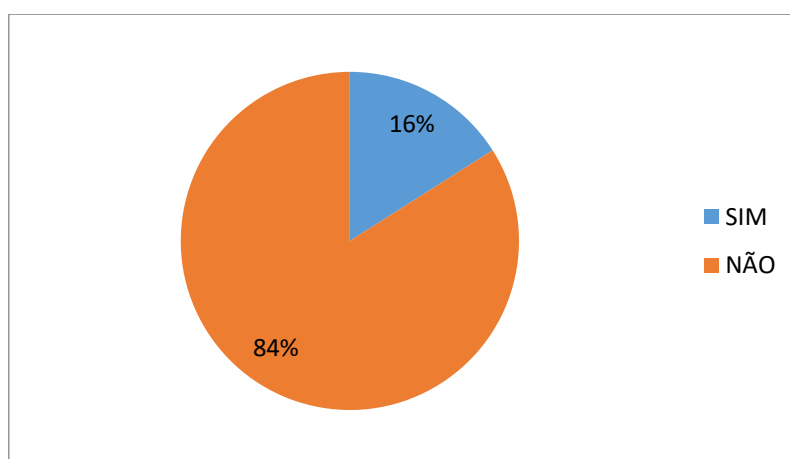
Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Tendo base uma das perguntas iniciais sobre o uso do livro didático, esta, mais aprofundada coloca em questão se no livro didático de história traz questões, assuntos, textos sobre o continente africano e seus povos e sobre os afro-brasileiros e o Brasil. Na questão sobre o livro, 52% afirmou utilizá-lo com frequência. Nesta, apenas 36% afirma ter conteúdos sobre a temática em questão enquanto 64% afirma não possuir e/ou achar não possuir conteúdos sobre África; o que podemos com isso confirmar é que estes 36% que afirmaram “achar” não ter conteúdos estão de certa forma equivocados, pois há presença sim de conteúdos sobre a temática em questão no livro didático.

Com base na análise do livro didático é perceptível ver uma boa quantidade de conteúdo, textos, imagens e questões sobre africanos e afro-brasileiros, assim como a fala dos professores nos passa que eles utilizam o livro, e com base nas aulas assistidas os professores utilizaram o livro como base e fonte, mas em sala de aula não o utilizaram de forma direta, que nos leva a pensar que os alunos pouco se dedicam ao livro didático como ferramenta de pesquisa e/ou estudo em casa e menos ainda em sala de aula.

Questão 05: Além do livro didático, o professor utiliza outros recursos de apoio nas aulas oferecidos pela na escola?

Gráfico 9 – 5ª QUESTÃO - Entrevista

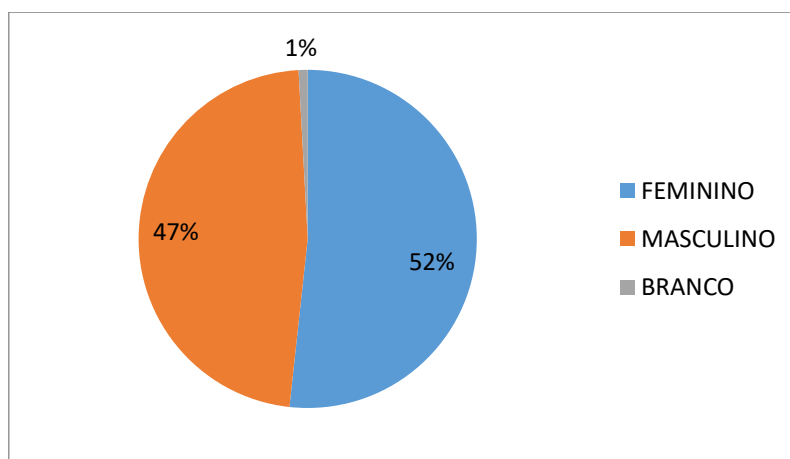


Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Esta questão está diretamente relacionada a entrevista junto aos professores, mais especificadamente quando eles afirmam que a escola no momento não estava disponibilizando muitos recursos para que o professor pudesse desenvolver uma aula mais didática e com mais recursos o que se pode confirmar com a grande porcentagem de alunos que responderam não terem tido aula com outros recursos além do livro didático.

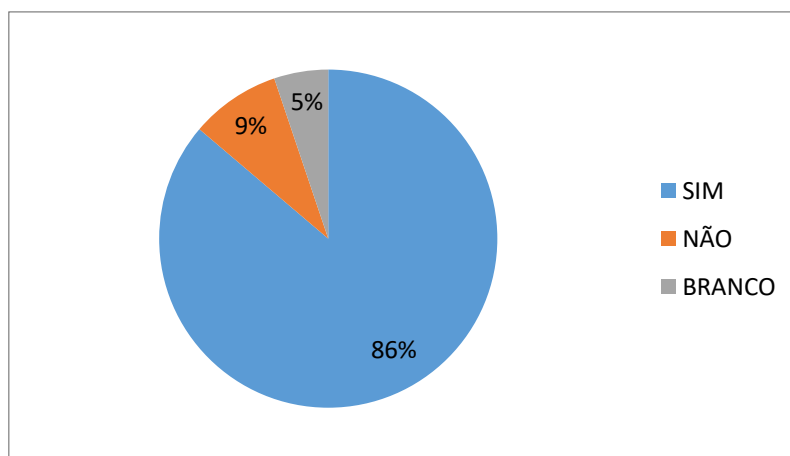
Quanto aos questionários, estes foram repassados aos professores que aplicaram em sala de aula, tendo sido aproveitados somente em turmas de primeiro e segundo ano, haja vista as faltas constantes do professor do terceiro ano e sua não disponibilidade em estar nos apoiando nesta etapa do projeto. O método utilizado nos questionários foi o quantitativo, sendo importante frisar que as perguntas dos questionários são as mesmas feitas nas entrevistas. Os questionários são constituídos por 04 perguntas objetivas e 05 perguntas subjetivas. Foram no total de 116 questionários aplicados, sendo 38 aos alunos do primeiro ano e 78 aos alunos do segundo ano, todos assinaram termos de concordância e autorização de divulgação de suas falas caso necessário. A seguir temos os dados coletados com os questionários:

As quatro perguntas mais objetivas feitas nos questionários aos alunos foram sobre o sexo, a frequência de aulas de história, o uso do livro didático por eles e quanto a identidade étnica:

Gráfico 10 – **SEXO** - Questionário

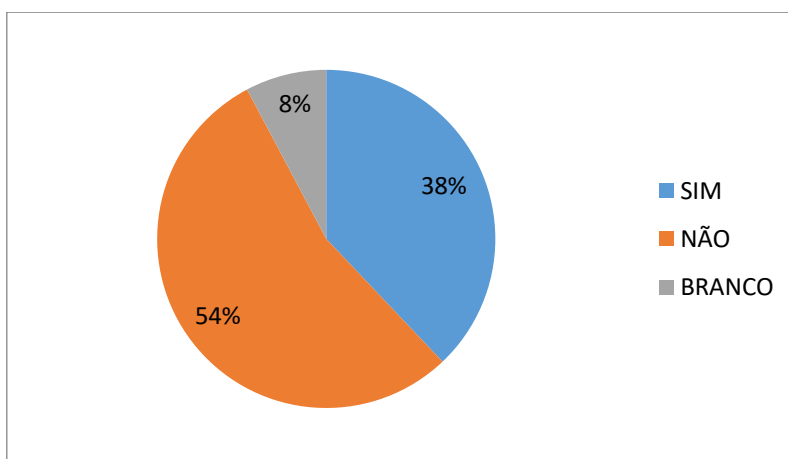
Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Haja vista os questionários não terem sido aplicados com os alunos do terceiro ano, tivemos uma porcentagem praticamente igual das entrevistas quanto ao sexo dos alunos. Com 52% as mulheres foram também a maioria a responder os questionários, temos também 47% de alunos do sexo masculino e 1% deixou essa questão em branco.

Gráfico 11 – **AULAS HISTÓRIA** - Questionário

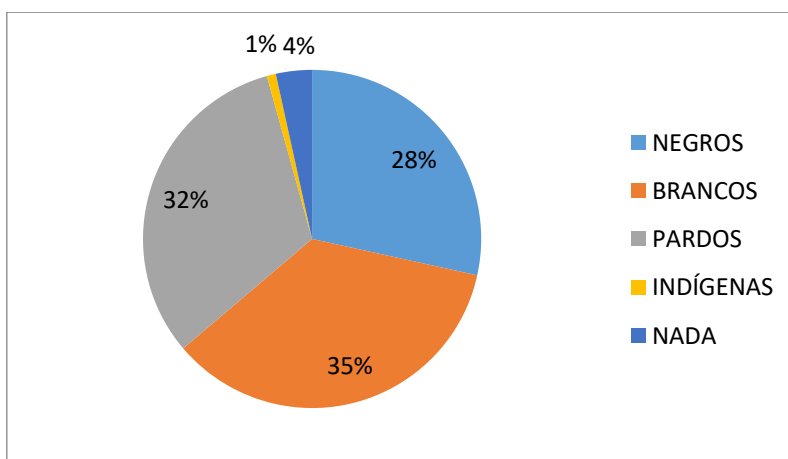
Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Quanto a frequência de aulas de história, 86% dos alunos afirmaram ter aula de história frequentemente e participar da mesma, 9% dos alunos afirmam não participar com frequência e 5% deixou a questão em branco.

Gráfico 12 – **LIVRO DIDÁTICO** - Questionário

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Em relação ao uso do livro didático na escola apenas 38% dos alunos afirmaram utilizá-lo frequentemente. Assim como nas entrevistas, uma grande quantidade não costuma levar o livro didático de história para sala de aula, muitos justificam que o peso da bolsa prejudica a coluna e que levam apenas quando o professor pede. 8% deixaram a questão em branco.

Gráfico 13 – **IDENTIDADE ÉTNICA** - Questionário

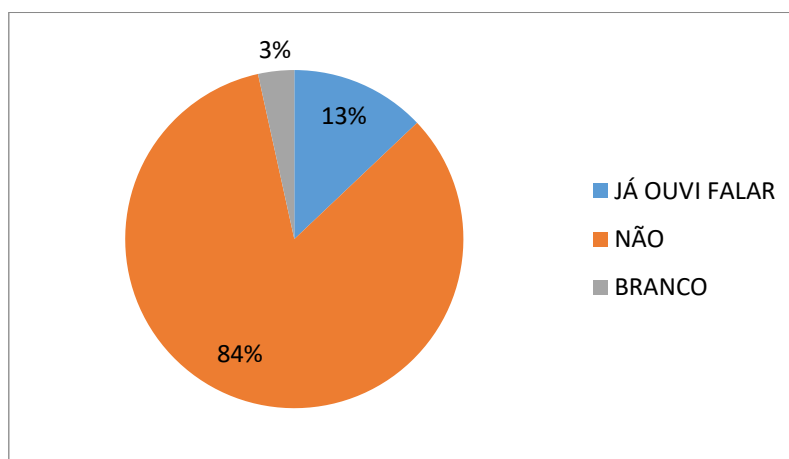
Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Apenas 18% dos alunos se identificaram etnicamente como negros de um total de 116 questionários o que nos mostra a pouca quantidade de alunos negros na escola ou a não identificação dos próprios alunos com sua real identidade étnica, em contrapartida 35% se identificaram como brancos e assim como nas entrevistas, boa parte, neste caso 32% se identificam como pardos.

As cinco questões mais subjetivas são diretamente relacionadas à Lei 10.639/03 e ao ensino de história da África e dos afro-brasileiros:

Questão 01: Você conhece/Já ouviu falar/Já teve aulas/projetos sobre a Lei 10.639/03 (Lei de obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura africana e afro-brasileira nas escolas do Brasil)? Se sim, descreva o que sabe essa Lei?

Gráfico 14 – 1ª QUESTÃO - Questionário

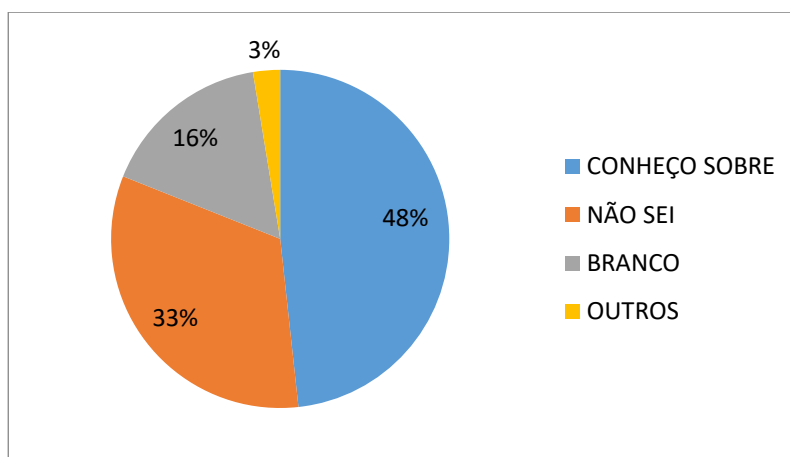


Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Nos questionários é possível notar respostas bastante parecidas com as entrevistas, mas estas, no entanto, estão carregadas de monossílabas como “sim” e “não” e de frases afirmando o não conhecimento ou o pouco conhecimento sobre a Lei e o uso do livro didático, já nas entrevistas oral os alunos se expressaram mais e deram suas opiniões de forma mais aprofundada. Alguns que afirmaram conhecer a Lei 10.639/03, relatam já terem ouvido falar dela na televisão e/ou pela internet, mas como é perceptível no gráfico, mais de 80% dos alunos nunca ouviram falar da Lei.

Questão 02: O que você sabe/conhece sobre o continente africano? Qual a relação com o Brasil?

Gráfico 15 – 2ª QUESTÃO - Questionário

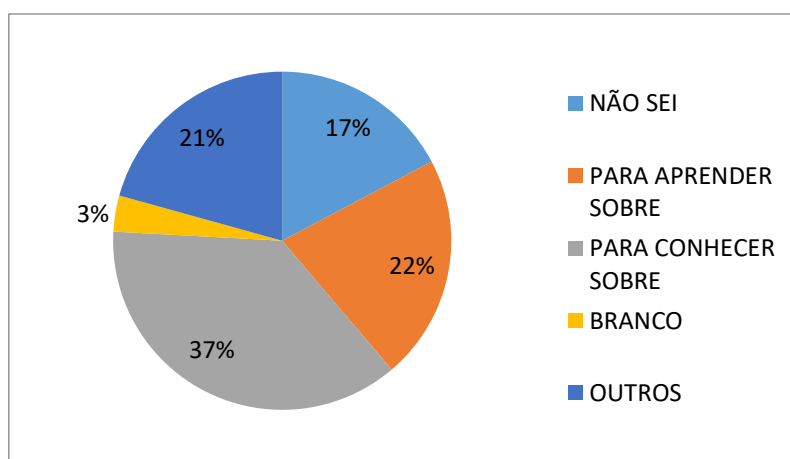


Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Quanto o conhecimento sobre o continente africano e sua relação com o Brasil, muitas respostas afirmaram que os alunos possuem conhecimentos prévios sobre o assunto e muitas respostas foram justificadas dizendo que o continente africano possui muitas características negativas como “fome”, “miséria”, “escravos”, “tráfico” e “sofrimento”. Foi muito mencionada a relação África-Brasil, em especial rememorando o período colonial brasileiro e a cultura que temos no Brasil.

Questão 03: Qual a importância de se estudar a História da África e dos povos afro-brasileiros?

Gráfico 16 – 3ª QUESTÃO - Questionário



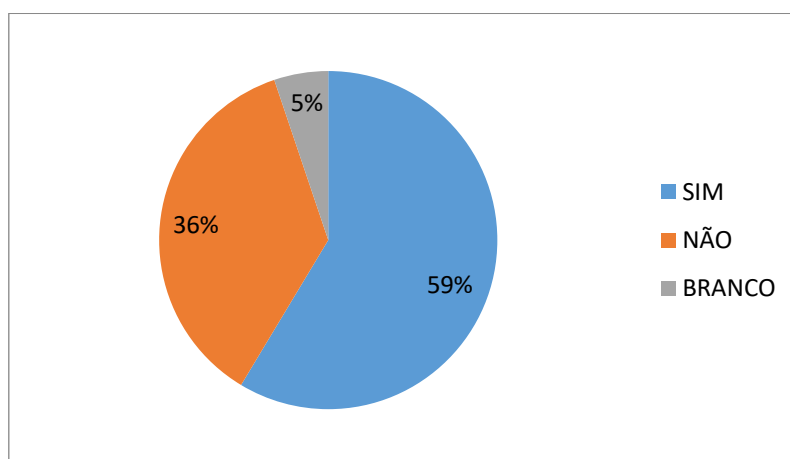
Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Neste gráfico podemos observar que 17% dos alunos afirmaram não saber qual a importância de se estudar a História da África e dos povos afro-brasileiros, 59%

afirmaram que é importante para que se possa aprender/conhecer sobre estes assuntos, 3% deixou em branco e assim como nas entrevistas a categoria “outros” significa que estes foram mais expressivos em suas respostas, todos estes afirmaram ser de muitíssima importância ter estes conteúdos em aulas, uma das afirmações colocou que “se houvesse mais aulas, mais conhecimento sobre eles, teria menos preconceito”, o que nos incentivou mais ainda para com a aplicabilidade desta pesquisa e se possível um retorno significativo a eles.

Questão 04: Seu livro didático traz assuntos que comportam o ensino de História da África e afro-brasileiros? Você já trabalhou com algum destes assuntos?

Gráfico 17 – 4ª QUESTÃO - Questionário

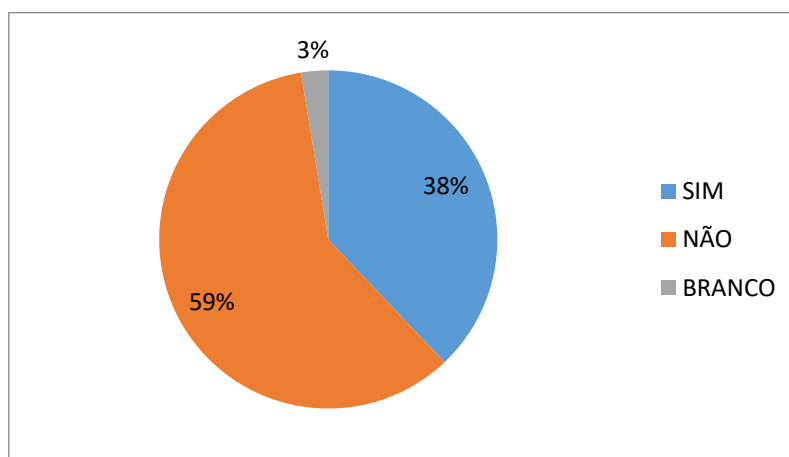


Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Diferentemente do resultado demonstrado desta mesma pergunta nas entrevistas, nos questionários mais de 50% dos alunos afirmaram que no livro didático possui assuntos sobre a história dos povos africanos e afro-brasileiros, mas que até o momento ainda não tiveram aula sobre, 36% afirmam não possuir estes assuntos o que é contraditório e com isso nos leva a pensar que estes 36% por serem minoria e afirmam não possuir os assuntos, na verdade não tem certeza sobre ou não olharam o livro ainda. 5% dos alunos deixaram a questão em branco.

Questão 05: Além do livro didático, o professor utiliza outros recursos de apoio nas aulas oferecidos pela na escola?

Gráfico 18 – 5ª QUESTÃO - Questionário



Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Corroborando com as respostas dadas nas entrevistas junto aos professores e aos alunos também, o gráfico da 5ª questão vem demonstrar que grande porcentagem dos alunos respondeu não ter aula com outros recursos além do livro didático e os que afirmaram positivamente referiam-se a quando algum deles levava um livro pessoal pra auxiliar nas aulas e não ficar somente no livro didático.

3.5 Retorno à escola

Aproximadamente um ano após o início da aplicação do projeto de pesquisa na escola, tivemos o conhecimento de que os professores que cooperaram conosco durante a pesquisa foram transferidos para outras instituições, mas entramos em contato com dois estagiários de História/UEMA que durante os meses de abril a junho de 2017 estiveram presentes na escola e os convidamos para fazer uma entrevista³¹ sobre como está a estrutura física e educacional da mesma.

Tendo prontamente atendido nosso pedido, os estagiários Cássio Araújo que trabalhou com turmas de terceiro ano e iremos chama-lo de estagiário 1 e Josieuder Silva que trabalhou com turmas de primeiro ano e uma de terceiro, o chamaremos de estagiário 2. Ambos vivenciaram durante três meses a realidade educacional da escola no turno matutino junto com uma das atuais docentes da escola, professora de história Luísa Campos, e responderam seis questões subjetivas. Os dois estagiários concordaram com a

³¹ As questões da entrevista estão dispostas no Apêndice D.

divulgação da entrevista. Dentre as perguntas presentes na entrevista, é possível destacar as seguintes com suas respectivas respostas dadas pelos mesmos:

Como você vê a recepção dos alunos à disciplina de história?

Estagiário 1: “Em relação a recepção dos alunos à disciplina de história, primeiro a professora Luísa, é..., em relação as atividades dela os alunos gostam muito, é..., alguns alunos chegam a dizer que a aula de história é a melhor aula pra eles na escola no Paulo VI, os alunos gostam muito da disciplina, alunos muito questionadores, [...] os alunos são muito receptivos,[...] a gente viu a importância que os alunos dão à disciplina de história, eu gostei muito, os alunos prestam muita atenção na aula, muito, e participam muito, inclusive os alunos do primeiro ano que é a turma que Josieuder ficou, mas que eu também fiquei observando a turma dele [...] A professora Luísa falou que pela tarde os alunos são mais tranquilos, mais calmos, só que eles não produzem muito, pela manhã os alunos são mais agitados só que a aula é mais produtiva, eles participam mais”.

Estagiário 2 “Essa questão da recepção é bem interessante porque é pelo ano, o primeiro ano geralmente eu vi que a recepção deles não é muito boa pra matéria de história, só prestava atenção na matéria de história alguns alunos mesmo interessados em aprender ou em passar de ano, aqueles alunos mais dedicados, já no terceiro ano a qual dei aula já é uma coisa bem mais recíproca, ou seja, eles prestam atenção, são calados, são bem participativos e tem uma boa recepção sobre a matéria de história já no terceiro, então é uma questão bem relativa”.

Em relação ao livro didático os dois estagiários tiveram algumas opiniões divergentes, mas não tão distantes como podemos ver a partir das suas respostas a pergunta: *Qual sua posição quanto ao livro didático aderido pela escola? Utiliza/ utilizou em sala de aula? Com que frequência?*

Estagiário 1: “Toda aula eu utilizei junto com a professora, nós utilizamos o livro didático, o livro didático de história do terceiro ano é aquele história das cavernas ao terceiro milênio da Patrícia Ramos Braick e da Myriam Becho Mota o livro que é utilizado pela escola na minha opinião é um livro muito bom, porque, porque o livro apresenta de forma muito bem detalhada os assuntos dados no terceiro ano, é..., o livro também é bom em discursão historiográficas em alguns termos [...] vem sempre questões do Enem e o modo como como se resolver as questões passo a passo, e as sugestões de livros, sugestões de filmes, é..., a maneira como as autoras trabalham a fonte, as imagens em si [...] O certo é que tanto a professora quanto eu sempre utilizamos o livro didático, os alunos inclusive, cerca de 90% ou mais sempre levam o livro didático algo que me surpreendeu, quando

eu fui estagiar eu vi que quase todos os alunos estavam sempre com o livro de história[...] Toda aula de história é acompanhada do livro didático, sem falha alguma, então, os alunos já sabem que tem que levar o livro didático”.

Estagiário 2 “Bom o livro didático aderido pela escola é um livro interessante, eu achei bem compacto, é..., e tem várias informações, certo que tem coisas que não, que não abrange muito o contexto, mas tem uns textozinhos escrito realmente por historiadores e da pra tirar daquilo um pouco de reflexão por parte dos alunos e eu usava ele todos os dias, principalmente por parte das imagens, porque é bem, tem algumas imagens que destacam bem o contexto histórico a qual eu tava dando aula, o conteúdo da aula, então eu acho o livro didático da escola bem adequado, falta muitas coisas, mas ta bem adequado pro padrão atual. É essa é uma questão interessante porque eu via que os alunos prestavam atenção também no livro didático somente quando eu pedia por causa das imagens e além do mais eles que cobravam as vezes a utilização do livro principalmente nas atividades, ou senão quando era pra revisar questões antes das provas, e eles achavam bem interessante o uso do livro”.

Quanto aos materiais de apoio didático, paradidático, aos equipamentos físicos e a estrutura da biblioteca, ambos tiveram o mesmo parecer de que a escola precisa disponibilizar mais materiais de apoio aos professores e aos alunos como pode ser visto a partir das respostas a pergunta: *Utiliza/Utilizou materiais paradidáticos e de apoio em suas aulas? Com que frequência? A escola os disponibiliza?*

Estagiário 1: “Bom, em relação ao uso de recursos e de materiais paradidáticos nas aulas, é..., da disciplina e se a escola oferece ou não essas condições, bem, a escola tem um auditório com uma tv, mas só que o professor leva o notebook pra conectar na tv, é..., eu não sei, isso foi uma grande falha minha, mas eu não consegui identificar se na escola tem algum data-show, isso eu não cheguei a ver, é..., eu particularmente cheguei a usar junto com a professora, a sala de vídeo, quer dizer o auditório que é também uma sala de vídeo pra gente mostrar trechos de filmes e imagens, a escola disponibiliza esse ambiente, só que tem que ser agendado na sala de professores, o dia, horário e turno que você vai precisar usar, só que uma das grandes falhas que eu notei na escola, é..., não a questão de registrar ou de agendar, mas eu achei que realmente falta recurso paradidático pra escola, a ausência de recursos paradidáticos, porque as aulas tem como recurso só o livro didático e a biblioteca não funciona.

Estagiário 2 “O único paradidático que eu usei foram uns textos que eu tinha em casa, mas não dava pra reproduzir pra eles porque custeava o dinheiro deles, então xerox saía do

bolso deles, então eu não passava xerox pra eles não, eu só lia as minhas próprias xerox sobre o tema e utilizava o livro didático como base, é..., a escola não disponibilizava, além do livro, não disponibilizava de nada não, a não ser que tinha uma sala de vídeo que tinha uma televisão, mas que era a maior burocracia pra usar, fora isso a escola não disponibilizava de nada, em nenhum momento eu via a utilização da biblioteca também pra nada não a não ser quando chegava os livros didáticos e distribui pra eles, e a biblioteca é muito desorganizada, eu entrei lá pra pegar um livro e é muito desorganizada a biblioteca de lá e não é aberta pros alunos não”.

Apenas um deles utilizou conteúdos que comportam a história da África e dos povos africanos em turmas de primeiro ano. *Trabalhaste com algum conteúdo que envolvesse a história dos povos africanos e/ou afro-brasileiros durante seu período de estágio? Se sim fale um pouco sobre.*

Estagiário 1: “Bem, com relação a esta pergunta a resposta é não, porque não, é..., porque os assuntos que nós trabalhamos, que eu trabalhei com a professora no terceiro ano, foram os assuntos que vieram desde a chamada primeira república no Brasil, história do Brasil e história geral do final do século XIX até o século XX no período do entre guerras e aí no caso como é que se dava a seleção desses conteúdos, a professora, ela informava pra gente qual era o conteúdo que a gente teria que trabalhar com os alunos e na aula seguinte a gente fazia o plano de aula pra se usar como planejamento das aulas seguintes, ou seja, ela determinava o conteúdo e desta forma ela não determinou nenhum conteúdo relacionado a história dos povos africanos.

Estagiário 2 “Pra ti falar a verdade eu só trabalhei com a história dos povos africanos na civilização antiga que eu trabalhei com o reino do Egito, o Egito Antigo e com o Reino do Cuxe da Núbia, que eu apresentei pra eles bastantes fragmentos de como foram importantes esses povos, haaan, povos africanos na antiguidade, principalmente porque eles foram o berço da civilização antiga, porque lá foi onde nasceu as primeiras questões de civilização e até mesmo trocas comerciais e culturais que muitos povos do Ocidente, é..., beberam dessas culturas principalmente do Reino do Egito Antigo pra se instalar em sua cultura, é falei também que a África está instalada como um continente e não como um país, mas eu trabalhei isso no primeiro ano, mas fora isso não enfatizei muita coisa não porque o livro didático tem pouca coisa falando sobre isso aí eu peguei foi um texto mais sobre o Egito Antigo de Ciro Flamarion Cardoso que fala mais das questões da

cultura e civilização egípcia, do Reino do Cuxe mesmo eu só falei da importância que teve para a civilização ocidental, principalmente nas trocas comerciais e culturais”.

Ambos em suas colocações falaram muito bem da estrutura física e educacional do Paulo VI, onde um deles coloca até que esta é cada vez mais uma escola de referência no estado do Maranhão e que isto vem acontecendo mais precisamente a partir de 2016 coincidentemente ou não o ano em que a escola foi de vez declarada como escola aplicação da UEMA e passou por grandes reformas vindas do governo do estado e também, ano em que aplicamos a pesquisa que baseia este trabalho. *Qual seu posicionamento quanto a estrutura física e educacional da UEB Paulo VI? Justifique!*

Estagiário 1: “A professora Luísa falou que do ano passado pra cá a escola Paulo VI hoje é uma das grandes escolas de referência do estado, é..., em termo de educação pública, é claro que existe muita coisa que ainda precisa melhorar, mas da estrutura física eu gostei [...] quanto a estrutura física ela responde as necessidades, pelo menos, imediatas da educação, há áreas amplas, salas espaçosas, no entanto a sala fica cheia, pois tem turma com 46 alunos, é..., mas bem arejadas, climatizadas, um auditório com televisão, você tem uma cantina que funciona regularmente, os banheiros limpos, a secretaria, uma xerox, a vigilância da escola é terceirizada e constante; agora em relação a estrutura educacional a maior parte dos professores do corpo docente ele não falta aula, é muito difícil, o modelo de aula dos professores é muito bom, a receptividade dos alunos, o envolvimento dos alunos em projetos, é..., cada turma tem representantes de turmas, o certo é que em relação a essa estrutura educacional, é por exemplo, a coordenação da escola como se diz ela é muito fiel ao calendário da escola, aos horários, a escola promove aulas dia de sábado por áreas, em termos educacionais a escola apresenta condições não só pra funcionar, mas pra oferecer educação de qualidade atualmente, não vou dizer que é de alta qualidade, mas de qualidade que ao meu ver é satisfatória em termos tanto de presença dos professores, envolvimento, esforço, que em reuniões destacaram que diferente de anos passados esse ano quase não existe alunos com envolvimento com drogas ou coisa do tipo, uma coisa que muito me chamou atenção é que não ser aluno usando celular em sala de aula, nem na hora do intervalo é extremamente raro ver alunos usando o que me surpreendeu muito, então, em termos educacionais a escola fornece educação de qualidade comparada a outras escolas do nosso estado e recurso humano capacitado, a preocupação da direção para com os alunos e sua participação nos vestibulares também foi significativa”.

Estagiário 2 “Olha, a estrutura física do colégio é muito boa, na minha opinião é muito boa, porque todas as salas são limpas, são climatizadas, tem o refeitório, tem o bebedouro tudo bem organizado o que tá faltando ainda lá é a quadra que ainda tá mal organizada depois que caiu o alambrado nunca ajeitaram, já tá com quase 3 anos isso e fora isso também o banheiro que não é muito organizado, falo do masculino no caso, mas se for falar em termos de educação também é muito boa, todos os professores tem uns que são mestres, tem um lá que já é doutor e dá aula lá e em outras escolas, os professores são muito bons pelo que eu pude perceber lá, os alunos são bem comportados e falando mais sobre a estrutura, é uma escola super limpa que não tem um risco na parede, não tem nada na parede, eu pude perceber que isso é uma disciplina colocada pelo diretor e os alunos obedecem essa disciplina, então eu achei isso incrível porque se comparando a outras escolas públicas é muito bom em termo de estrutura e de educação também”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante os resultados aqui apresentados a partir das visitas, entrevistas, questionários e conversas para com discentes e docentes da instituição, podemos elencar que todos demonstraram interesse e disponibilidade para com o projeto de pesquisa e perceberam a importância deste não só para o ensino da escola em questão, como para o ensino de todas as escolas maranhenses, que o ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana está mais presente nas nossas vidas, na nossa história e no nosso dia-a-dia, que não deve ser deixada de lado de modo algum.

Elencamos também que tanto a estrutura física quanto a educacional do Centro de Ensino Paulo VI têm passado por mudanças e melhorias que estão sendo possíveis a partir da reforma feita pelo governo do estado, da parceria com a universidade e da nova grade de professores e horários.

Estas mudanças e melhorias muito foram almejadas pelos professores e alunos, como é possível ver em suas falas nas entrevistas. A falta de materiais de apoio didático interfere e dificulta o processo de ensino-aprendizagem, o quanto metodologicamente e didaticamente falando estes materiais possibilitariam aulas mais ricas no sentido de ter uma melhor apresentação dos conteúdos, uma melhor percepção do que for apresentado aos alunos e uma mobilidade melhor para todos e isso provavelmente acarretaria um maior interesse dos alunos pelo aprendizado o que levaria a diminuição da evasão escolar.

Os professores, mais especificamente os de história, usam o livro didático e buscam que os alunos também utilizem, incentivando a leitura e a produção textual. Para além dos dados coletados, buscamos levar os docentes à reflexão do quanto a aplicação destes assuntos é essencial para a vida educacional e social dos alunos, com isso, foi disponibilizado aos professores um material de apoio didático sobre a História e Cultura Afro-brasileira e Africana de fácil manuseio contendo livros, textos e imagens em formato PDF e vídeos, para que assim possa corroborar com a prática docente e enriquecer as aulas, estes demonstraram-se agradecimentos pela colaboração e asseguraram que iriam estudar e aplicar os novos conhecimentos adquiridos a partir destes arquivos em sala de aula.

A escola tem cada vez mais buscado melhorias educacionais e físicas para atender a comunidade Ludovicense, em especial do bairro da Cidade Operária, bairro periférico e bem populoso da cidade de São Luís. A parceria e colaboração entre o C.E. Paulo VI e a Universidade Estadual do Maranhão tem sido bastante expressiva o que deve ser

explorado cada vez mais para que ambas sejam reconhecidas como referência de ensino de qualidade do nosso estado e do nosso país, contrapondo as estatísticas negativas quanto a educação que o estado do Maranhão carrega e para que cada vez mais alunos do nível básico de ensino anseiem entrar nas universidades.

Por fim, foi identificado que pouco ainda é tratado sobre assuntos que envolvem as temáticas da História e Cultura Afro-brasileira e Africana, suas origens, práticas, culturas e territórios na escola e que foi o nosso objetivo principal, mas acreditamos que a partir do projeto, bem como dos novos olhares e perspectivas que tendem a ser abertas em toda a comunidade escolar não só a partir deste, como de tantos outros projetos e ensinamentos que tendem a acontecer na escola mais melhorias virão e contribuirão assim para a aplicabilidade dos conteúdos propostos não só pela lei 10.639/03 como de tantas outras leis constitucionais brasileiras e reconhecerão as lutas que muitos enfrentaram para que estes assuntos fossem abordados de forma eficaz nas escolas brasileiras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3 ed. Rio de Janeiro: editora FGV 2005.
- ALONSO, Angela. **Flores, Votos e Balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868 – 88)**. – 1ª Ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- BARBOSA, Muryatan. **Eurocentrismo, História e História da África**. *Sankofa*, nº 1, 2008, p. 46-63.
- Biografia Resumida Abdias Nascimento**. Disponível em: <http://www.abdias.com.br/biografia/biografia.htm>. Acesso em: 19/04/2017
- BISPO, Érica Cristina. **A Lei nº 10.639/03 e a formação do professor**. Belo Horizonte. Cadernos CESPUC, 2010.
- BITTENCOURT, Circe. **Produção didática de História: trajetórias de pesquisas**. Revista de História, nº 164, 2011, p. 487-516.
- BLOCH, Marc Leopold Benjamin, **Apologia da história, ou, O ofício de historiador**. — Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- BURKE, Peter. **A Revolução francesa da historiografia: a Escola dos Annales (1929-1989)**. São Paulo: UNESP, 1991.
- BRAICK, Patrícia Ramos. **História: Das Cavernas ao terceiro milênio / Das origens da humanidade a expansão marítima europeia** / Patrícia Ramps Braick, Myriam Becho Mota – 3. ed. –São Paulo: Moderna 2013.
- _____. **História: Das Cavernas ao terceiro milênio / Da conquista da América ao século XIX** / Patrícia Ramps Braick, Myriam Becho Mota – 3. ed. –São Paulo: Moderna 2013.
- _____. **História: Das Cavernas ao terceiro milênio / Do avanço imperialista no século IX aos dias atuais** / Patrícia Ramps Braick, Myriam Becho Mota – 3. ed. –São Paulo: Moderna 2013.
- BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 31 de Março de 2016.
- _____. **Contribuições para implementação da Lei 10.639/2003**. Brasília: MEC; MJ; SEPPPIR, 2008.

_____, **LEI Nº 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm. Acesso em: 30 de julho de 2016.

_____, **LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 30 de junho de 2016.

_____, **LEI Nº 11.645, DE 10 DE MARÇO DE 2008**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm. Acesso em: 02 de julho de 2016.

_____, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Rio de Janeiro: Qualitymark Editora, 1997.

_____, Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana**. Brasília: Ministério da Educação, 2003.

_____, Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais – História e Geografia**. Brasília: Ministério da Educação, 1997.

BURKE, Peter. **A Revolução francesa da historiografia: a Escola dos Annales (1929-1989)**. São Paulo: UNESP, 1991.

CENTRO DE CULTURA NEGRA DO MARANHÃO. **Breve histórico do Movimento Negro no Maranhão**. Disponível em: <http://ccnma.org.br/index.php/about/historico-ccn>. Acesso em: 17/05/2017

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1990.

CURTIN, Philippe. Tendências recentes das pesquisas africanas e contribuições à história geral. In: **História Geral da África: metodologia e pré-história da África**, vol. 1. São Paulo: Editora UNESCO, 1980.

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos**. Tempo, v. 12, n. 23, 2007

_____. **Ações afirmativas para negros no Brasil: o início de uma reparação histórica**. Revista Brasileira de Educação, n. 29, p. 164-176, Maio /Jun /Jul /Ago 2005.

Educação para as relações étnico-raciais. Disponível em: <http://etnicoracial.mec.gov.br/acoes-afirmativas-cotas-prouni>. Acesso em: 25 de Abril de 2017.

Ensino de História e culturas afro-brasileiras e indígenas/ Almicar Araujo Pereira , Ana Maria Monteiro (org.). – Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

- FERREIRA, Aurélio B. Hollanda. **Miniaurélio Século XXI Escolar: O minidicionário da língua portuguesa.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001, p. 636
- FIGUEIREDO, Fábio. **História da África.** Ministério da Educação. Secretaria de Educação continuada, alfabetização e diversidade. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais, 2010.
- GOMES, Rafaella Barbosa; SANTOS, Sandra Regina R. **EDUCAÇÃO PARA AS Relações Etnicorraciais: formação de professores.** XXVII Simpósio Nacional de História – ANPUH. RN, 2013.
- GONZÁLES, Lélia. **Racismo e sexismo na sociedade brasileira.** Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, p. 223-242, 1984.
- GROSGOUEL, Ramón. **Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global.** Revista Crítica de Ciências Sociais, 80, Março 2008: 115-147.
- JENKINS, Keith. **A história repensada.** Tradução de Mário Vilela, 2. Ed. – São Paulo: Contexto, 2004.
- KARNAL, Leandro (org.) **História na sala de aula : conceitos, práticas e propostas -** 5.ed. São Paulo : Contexto, 2007.
- KI-ZERBO, Joseph (org.) **História Geral da África: metodologia e pré-história da África,** vol. I. Brasília: Unesco, 2010.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória;** tradução Bernardo Leitão ... [et al.] -- Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.
- LIMA, Ana Paula Batista; SANTOS, Ademir Valdir. **A lei federal 10 639/03 e o combate ao racismo:** ação docente e promoção de justiça e igualdade na escola. Disponível em: <http://docslide.com.br/documents/a-lei-federal-10-63903-e-o-combate-ao-racismo.html>. Acesso em 28/11/2016.
- LIMA, Patrícia Ferreira Araújo Leite. **A implementação da Lei 10.639/03 na U.E.B. Primavera:** abordagens no processo de ensino-aprendizagem. São Luís, 2017.
- M'BOKOLO, Elikia. **África Negra: História e Civilizações,** Tomo I (até o século XVIII). Salvador: EDUFBA, 2009.
- MEDEIROS, Meiriele de Sousa. **Ensino de história e cultura africana e afro-brasileira:** uma análise da aplicabilidade da Lei nº 10.639/2003 no ensino fundamental II da U.I.M. "Hélio de Sousa Queiroz", em Caxias - MA / Meiriele de Sousa Medeiros. – São Luís, 2017.

MONTEIRO, Ana Maria Ferreira da Costa. **A História ensinada:** algumas configurações do saber escolar. *História & Ensino*, v. 9, p. 37-62, Out. 2003.

MOORE, Carlos. **A África que incomoda:** sobre a problematização do legado africano no cotidiano brasileiro 2ed. Belo Horizonte: Nandyala, 2010.

MUNANGA, Kabengele. **Superando o racismo na escola.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

_____. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia.** In: 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação – PENESB. Rio de Janeiro, 2003.

Novo curso de graduação: "Estudos Africanos e Afro-Brasileiros". Disponível em: <http://portais.ufma.br/PortalUfma/paginas/noticias/noticia.jsf?id=44762>. Acesso em: 15/08/2016

OLIVA, Anderson. A História da África nos bancos escolares: representações e imprecisões na literatura didática. *Estudos Afro-asiáticos*, nº3, 2003, p. 421-461.

PEREIRA, Rita de Cássia Nunes. **Ensino de História da África em São Luís /** Rita de Cássia Nunes Pereira – São Luís, 2005.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural.** – 2. ed. 2. Reimp. – Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio.** In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3- 15.

ROCHA, Everardo P. Guimarães. **O que é etnocentrismo.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

ROSENBERG, Fúlvia. **Ação afirmativa no ensino superior brasileiro:** pontos para reflexão. In: MANDARINO, Ana Cristina de Souza; GOMBERG, Estélio. (Orgs.) *Racismos: olhares plurais.* Salvador: EDUFBA, 2010, p. 93-126

SANTOS, Jocéli Domanski Gomes dos. **A lei 10.639/03 e a importância de sua implementação na Educação Básica.** Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1409-8.pdf>. Acesso em 29 de janeiro de 2017.

VIANA, Maria da Guia. **Os desafios da implementação da Lei federal nº 10639/03:** entre as ações da política nacional de promoção da igualdade racial e política educacional do Maranhão – São Luís: EDUFMA, 2015.

VIEIRA ET ALI. **O ensino de História da África:** pressupostos para pensar práticas metodológicas na sala de aula com o uso das tecnologias digitais. Anais do IX Seminário Nacionais de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação No Brasil”. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

ZAMPARONI, Valdemir. **A África e os estudos africanos no Brasil:** passado e futuro. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252007000200018&script=sci_arttext. Acesso em 30 de janeiro de 2017.

APÊNDICES

Apêndice A - VISITAS AO CENTRO DE ENSINO PAULO VI

*Todas as visitas foram feitas em conjunto pelas bolsistas Adriana Santos e Quezia Guimarães, ambas as estudantes do curso de História da UEMA e participantes do programa de bolsas PIBIC/Paulo VI.	
DATAS	ACONTECIMENTOS
	Período de apresentação do Projeto pela orientadora, leitura e levantamento de dados sobre o tema; Reforma da escola.
24/09/2015	Queda do forro de uma das salas e do telhado da quadra da escola.
19/11/2015	Entrega da Carta de Apresentação e conversa inicial com a coordenadora pedagógica.
01/12/2015	Apresentação do projeto ao diretor adjunto da escola; Recebimento dos livros didáticos utilizados na escola (1º,2º,3º anos); Conversa e entrega do projeto de pesquisa ao professor Aguinaldo (Os outros professores não se encontravam na escola neste dia).
07/12/2015	Apresentação do projeto ao diretor da escola; Conversa entrega do projeto ao professor Ribeiro (A outra professora não se encontrava na escola neste dia); Marcamos o retorno para Janeiro/2016.
08/12/2015 – 21/01/2016	Período de criação do questionário que será aplicado aos alunos e de início da leitura dos livros didáticos utilizados pela escola.
22/01/2016	Conversa com o diretor adjunto da escola e com alguns alunos.
23/01/2016 – 03/2016	Período de recesso e reforma da escola equivalente também ao estabelecido pelo diretor adjunto para o nosso retorno às dependências da mesma.

21/03/2016	Retorno das aulas.
30/03/2016	Reapresentação do projeto a coordenadora pedagógica, houve troca de professores na escola; Mesmos Livros;

	Continuação da Reforma, ainda sem biblioteca e auditório.	
06/04/2016	Acompanhamento de aula com o professor do 1º ano.	
	Sala	Aula e apontamentos
	101	Aula sobre “América”: Quadro, pincel, celular; Aula expositiva, atividade para casa, tentativas de indagações aos alunos; Turma parada e quieta, poucas participações dos alunos.
	104	Aula sobre “América”: Quadro, pincel, celular; Aula expositiva, atividade para casa, tentativas de indagações aos alunos; Turma parada e quieta, poucas participações dos alunos.
13/04/2016	Recebemos a notícia que um dos professores saiu de licença e que chegaria um novo professor para o lugar dele; Professor do 3º ano não compareceu para que assistíssemos a aula.	
25/05/2016	Conhecemos o professor que substituiu a professora que saiu de licença e já apresentamos o projeto (demonstrou não ter muito conhecimento sobre a lei e pouco sobre a Historia da África/Afro. Afirmou não ter tido muito contato na graduação com temas que envolvessem a história africana).	
31/05/2016	Acompanhamento de aula com o professor do 2º ano.	
	Sala	Aula e apontamentos
	201	Aula sobre “América Portuguesa”: Quadro, pincel Aula expositiva, tópicos no quadro e desenho de mapa; Alunos sem livro em mãos, pouca participação dos alunos; Conteúdos relacionados com a África: Alertou os alunos que a escravidão que existia em África não é a mesma que foi realizada no Brasil e que uma não justifica a outra. Falou também da diversidade e das especificidades dos povos africanos, utilizou muito o termo etnia.
	204	Aula sobre “Estrutura administrativa a América Portuguesa”: Quadro, pincel; Turma mais enérgica; Aula expositiva, tópicos no quadro; Alunos sem livro em mãos, participação de alguns alunos; Conteúdos relacionados com a África: Relações de práticas públicas x privadas, citou os livros: Raízes do Brasil e Casa grande e senzala para que os alunos procurassem e melhor se aprofundassem no tema, alertou os alunos a abrirem os olhos quanto ao preconceito com empregadas domésticas e comparou práticas coloniais com atuais.
01/06/2016		

	Professor do 3º ano não se encontrava na escola, diretor da escola não soube nos dá notícias do mesmo; Conversamos com os líderes de sala dos terceiros anos sobre as aulas de história e sobre o professor. Alunos apontaram sua ausência e a pouca quantidade de aulas.
04/06/2016	O Governo do Estado na pessoa do então gestor Flávio Dino, retomou neste sábado (04) às entregas do maior programa de reconstrução de escolas do Maranhão, dentre elas o Centro de Ensino Paulo VI. (Notícia retirada do portal da Tv Mirante - http://imirante.com/)
08/06/2016	Reunião com os professores para marcar as datas de aplicação dos questionários e das entrevistas.
15/06/2016	Entrega de questionários para professores Agnaldo e Leonardo. Professor Isaías não se encontrava na escola
24/06/2016	Recebimento dos questionários. Entrevistas professores e alunos
27/06/2016	Entrevistas professores e alunos.
28/06/2016	Festividade Junina na escola. Início do período de férias.

Apêndice B - ROTEIRO DE ENTREVISTA – PROFESSORES

Nome:

Sexo ()F ()M

Qual a sua identidade étnica?

Qual sua formação?

Leciona em quais séries?

1. Há quanto tempo leciona a disciplina de história na educação básica (ensino médio)?
2. Você conhece/Já ouviu falar/Já teve aulas/projetos sobre a Lei 10.639/03 (Lei de obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura africana e afro-brasileira nas escolas do Brasil)? Se sim, descreva o que sabe essa Lei?
3. Teve em sua graduação disciplinas que abordassem temas envolvendo o continente Africano e suas diásporas?
4. Já participou de algum curso/palestra/projeto que tratassem de temáticas voltadas para a História e Cultura Afro-brasileira e Africana? Se sim, qual foi o seu aproveitamento?
5. Qual a importância que você dá em suas aulas a conteúdos que abordam as realidades dos povos africanos e afro-brasileiros?
6. Como você identifica a recepção por parte dos alunos quanto a esses conteúdos?

7. Qual sua posição quanto ao livro didático aderido pela escola? Utiliza em sala de aula? Com que frequência?
8. Utiliza materiais paradidáticos e de apoio em suas aulas? Com que frequência? A escola os disponibiliza?
9. Está satisfeito com a estrutura física e educacional da UEB Paulo VI? Justifique!
10. Além dos questionamentos aqui já feitos, possui alguma contribuição para com esta pesquisa?

Apêndice C - ROTEIRO DE ENTREVISTA / QUESTIONÁRIO – ALUNOS

Nome:

Série:

Sexo ()F ()M

Tem aulas de história frequentemente? () SIM () NÃO

Usa o livro didático de história com frequência? () SIM () NÃO

Qual a sua identidade étnica?

1. Você conhece/Já ouviu falar/Já teve aulas/projetos sobre a Lei 10.639/03 (Lei de obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura africana e afro-brasileira nas escolas do Brasil)? Se sim, descreva o que sabe essa Lei?
2. O que você sabe/conhece sobre o continente africano? Qual a relação com o Brasil?
3. Qual a importância de se estudar a História da África e dos povos afro-brasileiro
4. Seu livro didático traz assuntos que comportam o ensino de História da África e Afro-brasileiros? Você já trabalhou com algum destes assuntos?
5. Além do livro didático, o professor utilizou outros recursos de apoio na escola?

Apêndice D - ROTEIRO DE ENTREVISTA – ESTAGIÁRIO

Nome:

Período de Estágio:

Disciplina: Sexo ()F ()M

Leciona em quais séries?

1. Como você vê a recepção dos alunos à disciplina de história?
2. Qual sua posição quanto ao livro didático aderido pela escola? Utiliza/ utilizou em sala de aula? Com que frequência?
3. Como você vê a recepção dos alunos ao livro didático? Eles o utilizam com frequência?
4. Utiliza/Utilizou materiais paradidáticos e de apoio em suas aulas? Com que frequência? A escola os disponibiliza?
5. Trabalhaste com algum conteúdo que envolvesse a história dos povos africanos e/ou afro-brasileiros durante seu período de estágio? Se sim fale um pouco sobre.
6. Qual seu posicionamento quanto a estrutura física e educacional da UEB Paulo VI? Justifique!

